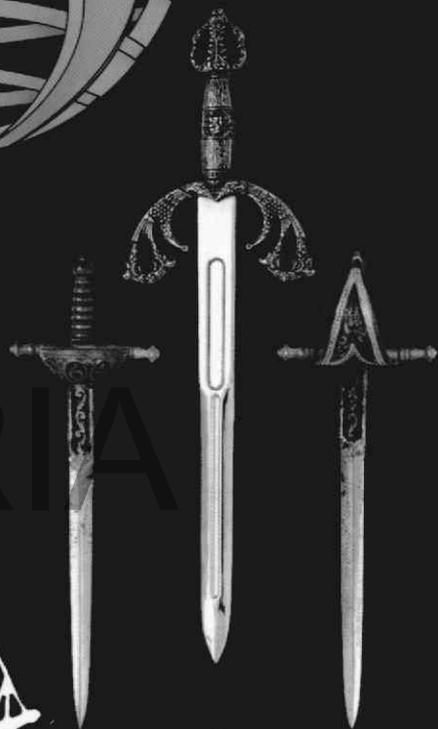


# Breve História do Meu País

António Capão

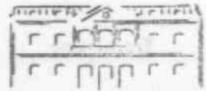


António Capão  
Outubro, 2004

## BREVE HISTÓRIA DO MEU PAÍS

por  
**bibRIA**

António Capão



**BIBLIOTECA  
MUNICIPAL  
DE OLIVEIRA  
DO BAIRRO**

**OFERTA**

## Publicações do Autor

- "Os nomes populares do chapim e da codorniz", sep. da *Labor*, 1964
- "Dante, apóstolo do catolicismo", sep. da *Labor*, 1965
- "O folclore religioso em algumas aldeias portuguesas", sep. da *Labor*, 1967
- Dr. José Pereira Tavares - Um grande professor do Ensino Liceal - Sua paixão pelo teatro", sep. de "Correio do Vouga", 1977
- "Freguesia da Palhaça - Contribuição para a sua monografia", 1977 (organização e colaboração)
- "Carta de Foral de Vila de Frossos", 1984
- "As Cartas de Foral de Miranda do Corvo", 1989
- "Da Criação, Evolução e Encerramento da Escola do Magistério Primário de Aveiro - 35 anos de labor fecundo", 1989
- "Carta de Foral de Oliveira do Bairro", 1ª Edição, 1991; 2ª Edição, 2001
- "Bodas de ouro sacerdotais do Padre Manuel de Oliveira", 1991
- "Relance Histórico-Linguístico sobre a região da Bairrada - Influências arábicas", 1992
- "Relíquias de Tecelagem", 1993
- "A Cultura Popular em Terras de Aveiro", 1993
- "Roteiro Religioso e Cultural do Concelho de Oliveira do Bairro", 1998
- "Os Moinhos da nossa Região" - 1ª Edição, 1995; 2ª Edição, 1999
- "Memórias históricas de S. Romão de Vagos - Edição 2000
- "Oliveira do Bairro - Terra Promissora" - Edição 2000
- "Águeda - Passado, Presente, rumo ao Futuro" - Edição 2001

## Traduções

- "Deixem as Redes e Venham" - de René Voillaume, 1977
- "Despertar para Deus (O Despertar Religioso das Crianças)" - de Danielle Monneron, em parceria com o Pe Dr. José Martins Belinquete, 1986

## BREVE HISTÓRIA DO MEU PAÍS

por

# bibRIA

António Capão



Edição do Pelouro Cultural da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, com a intenção exclusiva da divulgação cultural histórica, através de efemérides.

2003

Publicações do Autor

- "Os nomes próprios do dialeto e da modernidade", sep. da labor, 1964
- "Estatu, apostasia do catolicismo", sep. da labor, 1965
- "O folclore religioso em algumas aldeias portuguesas", sep. da labor, 1967
- "Dr. José Pereira Torres e a sua obra", sep. da labor, 1969
- "Freguesia de Póvoa - Contribuição para a sua monografia", 1971
- "Carta do Foral de Vila do Pinheiro", 1994
- "Re Carta do Foral de Miranda do Alentejo", 1999
- "Da Criação, Evolução e Encerramento da Escola do Magalhães Patrício de Beira, 75 anos de labor docente", 1999
- "Carta do Foral de Oliveira do Bairro", 1ª Edição, 1991; 2ª Edição, 2001
- "Folhas de ouro", 1999
- "Relatório de Inquirição", 1999
- "Relatório de Inquirição", 1999
- "Relatório de Inquirição", 1999
- "A Cultura Popular em Terras de Beira", 1998
- "Folclore Religioso e Cultural do Concelho de Oliveira do Bairro", 1998
- "Os Mestres de nossa Região", 1998
- "Memórias Históricas da S.ª Maria de Beira", Edição 2000

# bibRIA

Ficha Técnica

Título:	Breve História do meu País
Autor:	António Capão
Capa:	Pedro Capão
Paginação:	AMV, Lda
Impressão:	Tipografia Minerva Central, Lda
Data de Edição:	Novembro de 2003
Depósito Legal:	206174/04
ISBN:	972-8675-01-1



UN FILATELIA  
Tel. 21 311 17 32 - Fax 21 311 17 77  
Av. Casal Ribeiro, nº 28 - 2º  
1049-052 LISBOA

Exmo. Senhor

António Tavares Simões Capão  
Rua Dr. José de Carvalho, 14  
3770-355 PALHAÇA

Sua referência Carta	Sua data 2003/08/21	Nossa referência 63003FIL	Data de expedição sexta-feira, 3 de Outubro de 2003
-------------------------	------------------------	------------------------------	---

Assunto: Reprodução de selos

Exmo. Senhor,

Na sequência dos contactos havidos informamos que dado estarem garantidas as condições exigidas pelos CTT - Correios de Portugal, são autorizadas as reproduções solicitadas.

Com os melhores cumprimentos,

  
J. Laia Henriques  
Direcção de Filatelia



CTT CORREIOS DE PORTUGAL, SA (Sede Social Rua de S. José, 30 LISBOA) - C. Social € 533 800 274,97 - NIPC: 500 077 566 Inscrita CRC Lisboa 1º Semple nº 1907  
processado por computador

Reprodução da carta de autorização da reprodução dos selos autorizados pela  
IN Filatelia dos CTT Correios

# bibRIA

## Ficha Técnica



Editor

Editorial

Suplemento

Data de Edição

Formato Local

Faixa Hertziana do 1220 MHz

Antônio Carlos

Pedro Carlos

Impressão: Alameda Central, Ltda

Novembro de 2002

1220 MHz



Editorial

Editorial

Suplemento

Data de Edição

Formato Local

## NOTA JUSTIFICATIVA

É significativo que uma obra intitulada “Breve História do Meu País” possua, antes das considerações preambulares, um poema.

A História, sabemos-lo, trata do que aconteceu. A poesia trata do possível, do que ainda pode vir a ser e acontecer. Por isso, a poesia acrescenta à História uma leveza de asas e a História doa à poesia a matéria de que os sonhos se fazem.

António Capão, ao iniciar com um poema esta sua obra, dá-nos a chave de leitura da mesma...

“Um pensamento de amor  
aos vínculos do passado,  
forjado pelos séculos fora...”

Esta “Breve História da Minha Pátria” é uma obra de pensamento, mas que não se limita a uma estreita elaboração lógica, necessária e fria de argumentos e factos. Sendo uma obra de amor, extravasa a mera expressão voluntarista, emotiva ou sentimental de afectos. É tendo em conta este horizonte que o autor evita dois dos principais erros em que pode cair a historiografia: considerar que a História é mais filha dos factos do que das interpretações; colocar a História ao serviço de uma qualquer ideologia com intuítos apologeticos.

Mais do que os factos interessa a alma. Mais do que a apologética interessa o serviço.

Esta é, pois, uma obra patriótica, mas não de um patriotismo sentimental, esse que vai e vem ao sabor das emoções. Trata-se, sim, de um patriotismo pensado e por isso mesmo futurante, realçando esses “vínculos” que são o que de vivente subsiste do passado.

O autor, ao escrever esta "Breve História da Minha Pátria" de forma correntia, mas com preocupações didácticas, procura reavivar a cronologia da existência das pessoas e dos seus feitos e, de algum modo, tentar evitar que, entre nós se diga que o primeiro Rei de Portugal foi D. Nuno Álvares Pereira ou que D. João IV foi o primeiro rei da segunda Dinastia.

Não deixa também de ser relevante que o autor tenha usado – a propósito de cada uma das personalidades a que faz referência – as efígies e representações das mesmas existentes em selos. O autor como que nos envia uma carta e o selo é o mediador, o que permite com indicação do respectivo endereço que a carta chegue ao seu destino.

António Capão com esta obra endereça uma carta que tem como destinatários cada um de nós, seus leitores e, de modo particular, todos os educadores. Lê-la atentamente e dar-lhe resposta é deixar crescer dentro de nós esse "pensamento de amor" para que, ganhando asas, possa animar outros no amor de Portugal.

A Câmara Municipal ao patrocinar esta obra, fá-lo seguindo essa mesma linha de pensamento, na certeza de que ao ser divulgada em todas as Escolas, a mesma ajudará os jovens a melhor conhecerem e amarem a História da sua Pátria.

Paços do Concelho de Oliveira do Bairro, Janeiro de 2004

O PRESIDENTE DA CÂMARA



Acílio Domingues Gala

Considerações preliminares

## BREVE HISTÓRIA DO MEU PAÍS

A minha breve história  
tem o peso de uma asa  
e o alcance do voo da ave;  
Traz um cheiro de vitória,  
intrigas da nossa casa,  
um julgamento suave.

Um pensamento de amor  
aos vínculos do passado,  
forjado pelos séculos fora...

Da caridade, o fervor  
de um viver acrisolado,  
na aura fulgente da aurora.

Auréola de bens tecidos  
em lutas e sofrimentos  
tem seus dons enaltecidos.

António Capão

O autor, ao escrever esta "Breve História da Minha Pátria" de forma concisa, mas com preocupações didáticas, procura mostrar a cronologia da existência das povoações antes dos seus tempos e, de algum modo, tentar evitar que, entre nós se diga que o primeiro Rei de Portugal foi D. Nuno Álvares Pereira de que D. João IV foi o primeiro rei da segunda Dinastia.

Mas não se trata de ser relevante que o autor tenha usado — a propósito de cada uma das personalidades — os seus nomes próprios e originais e representações das mesmas existentes em selos. O autor como que nos trazia uma carta e o selo e o medallão, e que permitia com indicação do respectivo endereço que a carta chegasse ao seu destino.

Artur de Capelo com esta obra encerra um trabalho que tem como objectivo cada um de nós, seus leitores, poder observar e ler, todos os estadistas. Le-la é portanto o da história da Pátria, e o da história de nós como "pequenos de estado" para nos darmos conta das nossas acções e da nossa história de Portugal.

A Câmara Municipal de Vila Rica, a qual, desde a sua criação, tem sempre em vista a melhoria da educação das escolas e a melhoria da vida da população, tem o prazer de adquirir a obra de Vila Rica.

# bibRIA

Paços do Concelho de Vila Rica, 20 de Maio de 1914

O PRESIDENTE DA CÂMARA



Artur de Capelo

Antônio

## **Considerações preambulares**

Curiosidades poderia ser o título de um contexto formado por várias alíneas, dizendo respeito a assuntos especiais, porém diferentes. Nele podemos incluir o tema das conchas de uma colecção, com um estudo generalizado e com a sua classificação. Do mesmo modo, o estudo das aves da nossa região, principalmente daquelas que passam pelos seus quintais e pelos nossos campos. Por outro lado, um estudo de sabor e de saber históricos, respigado através das imagens do nosso papel moeda e das nossas próprias moedas de metal. Assim também, o estudo de uma temática de selos, através dos quais vamos descobrir as imagens dos homens e das mulheres que fizeram o Portugal que hoje somos.

Se as notas, as moedas, os selos, ocupam um lugar importante sob o ponto de vista diacrónico, mas interpenetrativo, da História de Portugal, também as caixas de fósforos nos dão a possibilidade de um estudo idêntico e paralelo, embora em menor quantidade.

É um mundo de ideias que se cruzam e de imagens que passam pelos nossos olhos, onde podemos admirar a beleza da arte da cunhagem e da arte da impressão. Há moedas que são detentoras de uma beleza peculiar e há selos, notas e caixas de fósforos que são pequenos relicários, em que prepondera a hábil combinação e a harmonia das cores. Encantam estas pequenas jóias colecionáveis, onde podem sobressair as imagens mais diversas e mais delicadas, animadas por matizes de sonho. A nota e o selo terão muito de comum, só que cada nota mantém um valor facial permanente até ser retirada da circulação e o selo só mantém o seu valor até ser obliterado, logo um tempo normalmente mais curto.

Todavia, há, hoje, notas saídas da circulação e selos, obliterados ou não, que atingem valores muito mais elevados do que os que tiveram no seu tempo de circulação. É claro que o mesmo se dá com as moedas; mas, se para cada um dos casos se puser o problema da raridade, qualquer exemplar pode atingir valores muito para além da média.

Nos primeiros meses do ano de 2002, o *escudo português* foi substituído pelo *euro*, como estava previsto após a adesão de Portugal à moeda única.

Quando se fala neste tipo de dinheiro, quere-se englobar não só a moeda

metálica como as notas ou papel moeda.

Este trabalho de tipo histórico, ainda que muito ligeiro, com a intenção de uma informação simples para toda a gente, não será só uma homenagem ao desaparecimento do nosso escudo como também a todos aqueles portugueses que mandaram cunhar moeda portuguesa e deixaram as suas imagens impressas nas peças metálicas e nas notas que foram utilizadas entre nós.

A par desse trabalho, interessou-nos também o conjunto de imagens de todos os portugueses que, de qualquer modo, contribuíram para fazer, na totalidade, o nosso País, impressas em muitas emissões de selos portugueses, quer no Continente quer das antigas províncias ultramarinas.

Por outro lado, também alguns exemplares de caixas de fósforos, em que alguns dos nossos antepassados também têm as suas imagens impressas.

Deste modo, podemos dizer que, como auxiliares da História de Portugal, entraram em linha de conta outras ciências ancilares, nomeadamente a numismática, a notafilia, a filatelia e a filumenia, que entraram em força na actividade da recolha feita com prazer, o chamado coleccionismo.

O nosso projecto de uma breve História que viemos delineando arrecada em atenção todas essas manifestações, que são também de carácter artístico e nos podem proporcionar momentos de gozo e de satisfação, na informação e na lembrança de muitos factos que vão ficando esquecidos, sem alarde de grandes conhecimentos eruditos nem de pesquisas muito rebuscadas.

Pretende-se, somente, a simplicidade da informação como se fosse uma actividade lúdica, despertadora de interesses apagados ou esquecidos, quando não desconhecidos.

É que infelizmente, quando a nossa juventude ignora a Revolução de Abril de 1974, muito menos conhece feitos passados da História Nacional. Tanto quanto pensamos, isso implica um desconhecimento deplorável cuja culpa não é só sua — porque o que foi feito pelos portugueses, tenha sido mais positivo ou menos positivo, constitui a base da nossa identidade como povo português que somos e de Portugal como País independente.

Esta estreita faixa de terra, no extremo sudoeste da Europa, que hoje é a nação portuguesa – Portugal – resultou de muitas convulsões político-sociais que, durante os longínquos séculos das invasões, abalaram a Península Ibérica. Fazendo parte de um todo geográfico, suportou a chegada e as respectivas influências dos mais variados povos, como os fenícios, os gregos, os cartagineses, os romanos, os bárbaros, os árabes. Em contacto com as populações existentes, foi-se fazendo a sua miscigenação e esta continuou, posteriormente, quando o povo, já chamado português, se abalançou às descobertas e conquistas de territórios de além-mar.

Os romanos, que constituíram o estrato mais abundante, mais consistente e mais generalizado, foram de uma importância capital para a evolução dos povos peninsulares, visto que, além da civilização que deixaram, cederam-lhes também a sua própria língua – de facto, o catalão, o espanhol e o português formam o conjunto das línguas neo-latinas da Península Ibérica.

Mas a conquista da Península pelos Romanos fez-se ao longo de duzentos anos e, em muitos pontos, não foi nada fácil para os exércitos de Roma. Na verdade, os Lusitanos, povo das montanhas ocidentais, ofereceram-lhes uma resistência tenaz, como aconteceu com a tomada da cidade de Numância e bem assim com as lutas contra Viriato, chefe dos pastores dos Herminios, cuja morte só foi possível através da ignominiosa traição dos seus homens a favor de Roma.

O guerreiro castrense, lusitano, ficou perpetuado em esculturas primitivas de pedra, existentes no Museu Martins Sarmento, em Guimarães, cuja imagem veio a ser impressa em selo, bem como a da chamada Pedra Formosa e a mais tardia coluna visigótica, exposta no Museu D. Leonor, em Beja.

Cultura castreja, cultura romana e outras, cultura visigótica, todas dominadas a partir da forte invasão árabe desde 711, que entre nós deixou tantas reminiscências da sua civilização específica, quer nos tipos de construção e respectivos materiais como os adobos e os azulejos, nas mais variadas actividades, incluindo a agricultura, a moagem e a pesca de que há reprodução da imagem de barcos, em selo, com forma de crescente, e tantas outras influências, incluindo um razoável número de palavras que passaram ao nosso vocabulário comum.

A reconquista cristã também passou por aqui e os nossos primeiros reis, até D. Afonso III, estiveram bem comprometidos com ela.

Bem antes, o Conde D. Henrique, vindo com D. Raimundo para a cruzada ocidental, juntamente com a sua esposa D. Teresa, senhores do Condado Portucalense, além das tentativas de separação do Condado da Galiza e do Reino de Leão, também estiveram envolvidos em lutas contra a mourama e vieram preparando as bases em que deveria assentar o futuro País que hoje somos.

## D. AFONSO HENRIQUES

D. Afonso Henriques, que viveu de 1111 (ano em que terá nascido) a 1185, e os barões do Condado, ávidos da aquisição da independência, procuraram afastar, por força das armas, Dona Teresa e o Conde Fernão Peres de Trava das suas pretensões, o que conseguiram com esforço, ora escrevendo a primeira página portuguesa na batalha de S. Mamede, ora quebrando o Rei tratados anteriores com os Reis de Leão, ora combatendo os Mouros que, continuamente assediavam os territórios entre o Douro, o Vouga, o Mondego e o Tejo, cujo espaço continental se ia estendendo cada vez mais para sul.

Em 1127, seu primo D. Afonso VII não reconheceu a independência do Condado Portucalense, invadiu o nosso território e cercou D. Afonso Henriques de Guimarães. A sua liberdade deveu-se ao seu aio Egas Moniz que, para isso, empenhou a sua palavra de homem honrado.

Depois, procurando alargar o seu território, D. Afonso invadiu a Galiza várias vezes durante os primeiros anos do seu reinado e, em 1137, com a ajuda de alguns condes galegos, venceu os leoneses na batalha de Cerneja, mas teve de assinar a paz de Tui para se poder voltar contra os Mouros.

Em 1139, após a derrota dos Mouros na batalha de Ourique, D. Afonso Henriques, violando a paz de Tui, invadiu de novo a Galiza (1140), cujas peripécias bélicas terminaram com o recontro, torneio ou justa de Arcos de Val-de-Vez que os portugueses venceram.

O tratado de Zamora, em 1143, deu a D. Afonso Henriques, tendo como intervenientes o Cardeal Guido de Vico, representante do Papado, e o próprio rei de Leão, a possibilidade de se tornar independente como rei de facto e de direito, ficando subordinado ao Papa e



não às Metropolitanas da Galiza e de Leão, como Tui, Orense e S. Tiago de Compostela.

O rei D. Afonso I, que reinou de 1128 a 1185, teve a seu lado e à sua disposição um escol de cavaleiros enérgicos que muito o auxiliaram nas conquistas aos Mouros, entre os quais salientamos: para Santarém, Mem Ramires; para Lisboa, Martim Moniz; para Évora, Geraldo Gonalves, o Sem-Pavor; para Beja, Fernando Gonçalves; Gonçalo Mendes da Maia, o Lidador, para a tomada de Alcácer do Sal. Ou, aludindo brevemente à célebre batalha de Ourique e a muitas outras lutas e conquistas em que tomou parte activa, bem como ao notável caçador e homem do mar que se chamou D. Fuas Roupinho, tão ligado à lenda de Nossa Senhora da Nazaré.

Apesar de ter sofrido alguns insucessos como a derrota da batalha de Arganal e de ter sido feito prisioneiro, por ter partido uma perna numa das portas do Castelo de Badajoz, foi cognominado o Conquistador.

Assim se veio formando Portugal, este pequeno-grande país habitado por povos amalgamados e acrisolados no cadinho do grande esforço e das grandes energias, de lutas constantes, do desbravamento das terras – situações singulares que vieram amadurecendo ao longo dos séculos e se tornaram ímpares entre os povos independentes da Europa.



## D. SANCHO I

Segundo rei de Portugal, filho de D. Afonso I, além de ter tido, por parte do pai, uma cuidada preparação prévia para a formação de bem reinar, continuou o plano das conquistas aos mouros, mas sentiu a ideia lógica de povoar, repovoar e de arrotear as terras desertificadas, mandando vir colonos de fora para esse fim, o que permitiu que algumas dessas terras passassem a ter o nome geral dos próprios colonos que as ocuparam e trabalharam como foi o caso dos Francos.



Rei por isso denominado de o Povoador, que concedeu muitas cartas de couto e de foral, fundador de cidades como a Guarda, amoroso e trovador, autor de uma das mais antigas composições líricas medievais:

Ay eu coitada, como viuo

En gram cuydado por meu amigo

etc.

foi homem de acção e de vida plurifacetada, bom apreciador da beleza feminina, como foi o caso de D. Maria Pais Ribeiro, a célebre Ribeirinha, a quem dedicou esse poema da separação, quando se encontrava na fundação da cidade da Guarda: "...muyto me tarda/o meu amigo na Guarda!".

D. Sancho I, tendo abandonado o projecto da conquista de terras aos mouros, como aconteceu com Silves, que os mouros acabaram por reconquistar, dedicou-se ao desenvolvimento do território, concedendo muitos documentos necessários para que fosse possível o repovoamento e o desbravamento de muitas terras incultas mas dignas de serem exploradas e enriquecidas.

D. Sancho I viveu de 1154 a 1212 e governou de 1185 a 1212.

## D. SANCHO II

### D. AFONSO II

Neto de D. Afonso I de quem tomou o nome, filho e sucessor de D. Sancho I, não avançou com o projecto das conquistas aos mouros, limitando-se somente a reconquistar Alcácer do Sal que, entretanto, tinha sido retomada.



Por outro lado, quando o rei Afonso VIII de Castela se viu ameaçado por uma nova invasão dos mouros, pediu auxílio aos reis da Cristandade peninsular, entre os quais se incluía o rei de Portugal, que se apresentou em seu socorro com numerosas tropas. Travou-se, então, a batalha de Navas de Tolosa, de que os cristãos saíram vencedores.

Tendo morrido muito novo, com 38 anos de idade, teve ainda tempo para reunir as primeiras cortes em Coimbra, em 1211, de que saíram, para publicação, algumas leis gerais.

Viveu de 1185 a 1223 e governou de 1211 a 1223.

Foi cognominado o Gordo pela sua avantajada adiposidade, que não lhe permitia agilidade suficiente para as tarefas guerreiras e que, segundo parece, muito o incomodava como pessoa, pela sua complexão física.

Ainda assim, querendo manter o seu poder como reinante, envolveu-se em problemas e litígios com suas irmãs por causa das terras que lhes foram legadas por seu pai – conflitos que só acabaram com a intervenção do Papa e de Afonso IX de Leão.



## Santo António de Lisboa

De seu nome Fernão Martins de Bulhão, era filho de Martinho de Bulhão.

Nasceu em Lisboa, perto da Sé, em 1195, e morreu em Arcela, Itália, em 1232.

Ficou conhecido por Santo António de Lisboa, a lembrar a sua naturalidade e nacionalidade, mas também foi conhecido por Santo António de Pádua, por ali ter vivido e morrido, cidade onde lhe foi erigido um grande templo que lhe é dedicado. Foi considerado um grande taumaturgo.

Na Sé Catedral de Lisboa, terá aprendido as primeiras letras, estudou latim e aprimorou a sua vocação religiosa. Continuou a sua vida em São Vicente de Fora, transferiu-se para Coimbra onde prosseguiu os seus estudos e foi ordenado presbítero, tendo passado da Ordem de Santo Agostinho para a Ordem dos Frades Menores de São Francisco de Assis.

Querendo dirigir-se a Marrocos para trabalhos de missionação entre os mouros, acabou por regressar, mas uma tempestade atirou com o barco em que seguia para as costas da Sicília e daí passou a Itália e a França, onde exerceu actividades docentes e de predicante.

O Papa Gregório IX promoveu a sua canonização e Pio XII tributou-lhe honras de Doutor da Igreja.



## D. SANCHO II

Este rei, o quarto de Portugal, foi enérgico, activo, batalhador, mas foi homem de pouca verticalidade interior, deixando-se influenciar não só pela esposa como pelos outros elementos da corte. Neste aspecto, foi um rei fraco e, por isso, veio a sofrer as consequências da sua frágil governação. Foi denominado o Capelo porque, em criança, lhe vestiram um hábito de monge da Ordem de S. Francisco, correspondendo a um voto de sua mãe, que era muito religiosa.



Avançou com as fronteiras do seu reino, conquistando, com bravura, muitas terras aos mouros, como Elvas, Serpa, Juromenha, Moura, Aljustrel, Tavira e muitas outras.

Contudo, tendo abandonado o projecto das conquistas, deixou-se envolver por quesílias dos seus ministros, relativas às benesses feitas ao clero, e às seduções de D. Mécia Lopes de Haro. Levada a mensagem das suas fraquezas até junto do Papa, este procurou conciliar as desavenças; mas, reavivando-se o litígio, o rei foi deposto pelo Papa Inocêncio IV, tendo sido dado o trono a seu irmão D. Afonso, que veio de França, onde era casado com D. Matilde, Condessa de Bolonha.

D. Sancho, atacado pelo clero, não desejado pelos nobres e abandonado pelo povo que ele deixara subjugar, viu-se sozinho e, não obtendo qualquer auxílio, retirou-se para Toledo, onde morreu.

Apesar disso, muitos governadores dos castelos que lhe prestaram vassalagem mantiveram-se fiéis ao seu senhor.

Sejam exemplos de fidelidade o alcaide do Castelo de Celorico, Fernando Rodrigues Pacheco e o célebre alcaide do Castelo de Coimbra, Martim de Freitas, que só entregou as chaves do Castelo à sua guarda ao novo rei, depois de se ter deslocado a Toledo e de se ter certificado de que D. Sancho já tinha morrido.

Tendo falecido bastante novo, com 37 anos de idade, não deixou filhos, sucedendo-lhe, então, seu irmão, o Conde D. Afonso.

D. Sancho II viveu de 1209 (?) até 1248 e governou de 1223 a 1247.

### **D. AFONSO III**

Podemos considerar D. Afonso III um rei afortunado, por vários motivos, a saber: herdou o trono de seu irmão D. Sancho, como já vimos, em circunstâncias especiais. Impôs-se às exigências do clero e da nobreza que lhe haviam dado o ceptro. Conquistou definitivamente o Algarve aos mouros – Faro, Albufeira, Perches, etc – mas, tendo criado um conflito com o rei de Castela, como hábil político, resolveu a contenda a seu favor, ficando o Algarve a pertencer a Portugal; permitiu aos mouros viverem entre nós, sujeitos às nossas leis, ainda que em bairros isolados, chamados mourarias. Não tendo filhos de D. Matilde, procurou afastar-se dela, tendo a felicidade de casar com D. Beatriz, filha de Afonso X, o Sábio.



Em 1254, reuniu as cortes em Leiria, onde, pela primeira vez, tomaram parte os representantes dos concelhos e do povo; os procuradores das vilas e das cidades que, por imposição de foral ou por privilégio, passaram aí a ter assento.

Do seu casamento com D. Beatriz nasceu o futuro rei D. Dinis, um dos mais notáveis reis da primeira dinastia, provavelmente o mais notável de todos quanto ao problema do desenvolvimento do País.

Na Carta de quitamento de queixumes de Afonso X, este cedeu ao seu neto D. Dinis, ainda pequeno, o Algarve, reservando alguns direitos para si, os quais, pouco tempo depois, veio a ceder à coroa portuguesa.

Viveu de 1211 (?) a 1279 e reinou de 1248 até 1279. E, por ter casado em primeiras núpcias com D. Matilde, Condessa de Bolonha, foi cognominado o Bolonhês.

### **Pedro Hispano (1216-1267)**

Figura notável de origem portuguesa, nascido em Lisboa no primeiro quartel do século XIII, de seu nome Pedro Julião.

Doutorou-se pela Universidade de Paris, foi homem de largo saber generalizado, sábio de reputação europeia.

Foi arcebispo de Braga, bispo de Viterbo, cardinal-bispo de Tusculano (Itália) e, por fim, Papa com o nome João XXI, pontificado que só exerceu durante oito meses.

Conhecedor célebre de várias ciências, foi físico, médico e filósofo, tendo ajudado muitos necessitados com benefícios eclesiásticos.

Numa construção que mandara fazer perto do palácio de Viterbo, veio a morrer em Maio de 1267, em resultado de um acidente provocado pela queda da abóbada da câmara que mandara erigir.

Escreveu obras que o celebrizaram como "Summulae Logicales" e "Thesaurus Pauperum".

É uma honra nacional.



## D. DINIS

D. Afonso III, habituado ao elevado nível cultural da corte de França, onde viveu pelo seu casamento com D. Matilde, soube escolher os perceptores para a educação e preparação de seu filho Dinis, fruto do segundo casamento com D. Beatriz, filha de Afonso X de Castela.



Assim, mandou vir de França Aymeric d' Ebrard, sábio mestre de uma família nobre da Aquitânia que passou pela Universidade de Cahors e da Sorbona, para perceptor do infante D. Dinis. A ele se juntou D. Domingos Jardo, outro perceptor, que foi bispo de Évora e de Lisboa, de quem D. Dinis veio a fazer seu chanceler-mor, sempre consultado para as grandes decisões da administração do Reino.

Com a conquista definitiva do Algarve por seu pai, D. Dinis sentiu-se liberto das actividades da reconquista das terras aos mouros, passando a preocupar-se com a definição das fronteiras nas margens do Guadiana e de Riba-Coa; ainda que a demarcação das fronteiras do Guadiana tivesse sido resolvida pelo tratado de Badajoz (1267), no reinado de D. Afonso III, é com o tratado de Alcanises (1297) que se vêm a definir as fronteiras de Riba-Coa, no tempo de D. Dinis. A partir daí, as fronteiras entre Portugal e a Espanha hão-de manter-se através dos séculos, somente com pequenas alterações.

D. Dinis revelou-se um homem inteligente e culto, um hábil administrador do território que lhe foi legado pelos seus antepassados. Interessava-lhe, pois, promover o desenvolvimento do Reino a todos os níveis, o que de facto ele conseguiu fazer com mestria e sucesso.

Cognominado o Lavrador, concedeu forais, fundou povoações, construiu e reconstruiu castelos para a defesa ocasional da população; mandou desbravar terras e cultivá-las, enxugar pântanos como o de Ulmar, plantar vinhas e pomares e semear pinhais como o de Leiria e o de Azambuja, para impedirem que as areias do litoral destruíssem as culturas.

Mas D. Dinis foi o grande arroteador de outros campos de desenvolvimento. Também desenvolveu a indústria, protegendo e proporcionando a exploração de minas de ouro, de prata, de cobre, ferro e estanho, favorecendo também as indústrias da pesca e de tecidos de linho e de lã.

Estabeleceu redes comerciais, criou mercados e feiras francas em muitos lugares do Reino, incentivando as transacções comerciais.

Desenvolveu a marinha, favorecendo a construção de navios para o transporte das nossas mercadorias para alguns portos das nações da Europa. Fundou a Bolsa do Comércio do Porto e mandou vir do estrangeiro marinheiros com experiência, entre os quais contratou o genovês Micer Maurel Pezagno que ficou como responsável dos navios de El-Rei; facultou a preparação de marinheiros e a inspecção das póvoas marítimas, bem como da defesa contra a pirataria moura que atacava as nossas costas.



Se todos estes aspectos de desenvolvimento do País receberam o enorme impulso do Rei, como bom e notável administrador de todos os bens do Estado, também é certo que a sua educação e preparação esmerada atraíram a sua dedicação às letras e à cultura. Na verdade, dotado de índole poética, foi dos reis mais ilustrados do seu tempo. Não admira que, seguindo as orientações dos seus antigos preceptores, tivesse fundado, em Lisboa, em 1290, o chamado Estudo Geral, que viria a ser a futura Universidade, transferida para Coimbra em 1307, e que, à maneira da época, seria um conjunto social de mestres e de alunos: *Universitas magistrorum et scholarum*.

Além disso, D. Dinis, bom conhecedor da *psiqué* feminina, foi um poeta de eleição à boa maneira galaico-portuguesa, por ventura o nosso maior compositor trovadoresco.

Contribuiu para o desenvolvimento das letras pátrias, de modo fecundo, original, a nível elevado; além de autor de mérito, mandou escrever, pela primeira vez, em português, que devia ser daí em diante a língua dos processos e factos judiciais, pondo de parte o latim bárbaro, usado até então; mandou traduzir a *Lei das sete Partidas*, de seu avô, Afonso X, o *Fuero Real* do mesmo autor e também a *Crónica Geral de Espanha*, e ainda as *Flores de las Leyes* de Jácome Ruiz.

A D. Dinis se deve também a introdução do papel, material que já se encontrava anotado nas *Partidas* de Afonso X, traduzidas para português. Aí se encontravam as expressões *pulgaminho de coyro* e *pulgaminho de papel*. Numa ordenação, indicava aos tabeliães que escrevessem as notas em *livros de papel* e os contratos em *livros de couro*. Santa Rosa Viterbo aponta, como o mais antigo documento português escrito em papel, uma Provisão de 1334, arquivada no Cartório do Mosteiro da Pendorada e Américo Cortez Pinto encontrou uma folha de papel numas Inquirições de D. Dinis, de 1288.

D. Dinis viveu de 1261 a 1325 e governou o Reino de 1279 até 1325. Foi casado com D. Isabel de Aragão, mais tarde com a aura de Rainha Santa

Isabel, e tiveram como filho herdeiro do trono, D. Afonso. D. Dinis, porém, teve vários filhos bastardos: D. Afonso Sanches, que foi poeta como seu pai e um outro filho bastardo, muito culto, D. Pedro, que foi Conde de Barcelos, a quem se atribui o "Nobiliário" e muitas poesias impressas no "Cancioneiro do Colégio dos Nobres".



# bibRIA

## A Rainha Santa Isabel

D. Dinis casou com a infanta D. Isabel, filha de Pedro III de Aragão. Dotada de muitas virtudes e das mais altas qualidades humanas, D. Isabel foi uma digna esposa de um cultíssimo e activo rei. Além de uma prestável e oportuna ligação política, D. Isabel ofereceu a seu marido toda a formosura física e espiritual como musa inspiradora do grande poeta que ele foi, a tolerância e a paciência a todas as suas infidelidades e uma inteligência arguta, adequada aos seus projectos de desenvolvimento na administração do Reino e na felicidade do seu povo.



Acompanhou D. Dinis como mulher sábia e prudente, auxiliando-o, muitas vezes, na resolução de conflitos externos e internos.

Apareceu sempre como anjo pacificador entre o filho e o marido, particularmente nos campos de Sintra e de Alvalade, quando os exércitos do Rei e de D. Afonso se preparavam para luta que estava iminente, porque o Infante pensava que seu pai o queria substituir no trono pelo filho natural Afonso Sanches, que ele estimava de modo particular, por ter recebido a sua índole poética e cultural.

Mas esta altíssima figura de Rainha elevou-se também entre o povo, porque os desvalidos, os pobres e os doentes tiveram nela a mãe carinhosa e a protectora desvelada; com essa intenção, fundou os hospitais de Coimbra, de Leiria, de Santarém e ainda o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, nas margens do Mondego, além de outras instituições caridosas, unidas à religião.

À sua volta criou-se a aura de Santa e o povo atribuiu-lhe alguns milagres, dos quais, o mais conhecido é o Milagre das Rosas, operado em Coimbra.

A Igreja canonizou-a, inscrevendo-a entre o rol dos seus Santos, em 1625.



O esforço, a valentia, a coragem, manifestadas pelo rei português durante a refrega, ajudaram a conferir-lhe o cognome por que é conhecido – o Bravo.

Ainda que, de acordo com o seu carácter rígido, por se julgar, então, dever de Estado, o fim do reinado de D. Afonso IV foi ensombrado pela violência e crueldade da morte da indefesa D. Inês de Castro, em Coimbra, onde ela vivia com os filhos. Efectivamente, o rei, aceitando as opiniões dos seus conselheiros Álvaro Gonçalves, Pêro Coelho e Diogo Lopes Pacheco, deu cumprimento à condenação da bela Inês, originando uma guerra civil entre pai e filho.

D. Afonso IV viveu de 1291 a 1357 e reinou de 1325 até 1357.

Foi sepultado na Sé de Lisboa.

bibRIA

## D. PEDRO I

Após a morte de D. Afonso IV, tomou as rédeas do governo do Reino seu filho D. Pedro, com a idade de trinta e sete anos, um mês e dezoito dias.

Filho de Afonso, o Bravo, arrebatado e enérgico, e da rainha D. Beatriz, nasceu D. Pedro, príncipe herdeiro, que, segundo Fernão Lopes, era muito gago, grande caçador, monteiro, muito preocupado com a educação e a preparação futura de fidalgos de linhagem; foi ainda de bom desembargo e amava muito fazer justiça com direito; galardoava sempre aqueles que lhe prestavam serviços.

Foi denominado o Justiceiro pela imparcialidade com que aplicava a punição de crimes ou atribuía prémios aos que os mereciam. Também o cognominaram Cru ou Cruel pelo modo violento como aplicou ou mandou aplicar a justiça, nomeadamente aos assassinos da sua amada Inês. De qualquer modo, os seus critérios de aplicação das penas a quem infringia as regras estabelecidas não estava longe da velha *pena de talião*, olho por olho, dente por dente.

Parece que D. Pedro era exagerado em tudo: na cólera, no amor pela justiça e até nas alegrias, tornando-se popularmente folgazão.

Só assim se explica que um dos seus primeiros actos de reinante, foi ter à sua disposição os conselheiros do pai que tudo fizeram para que D. Inês de Castro fosse assassinada, mas que se tinham refugiado em Castela. Por isso, tratou com D. Pedro de Castela a troca de criminosos refugiados, conseguindo que lhe fossem entregues Álvaro Gonçalves e Pêro Coelho, ao que escapou Diogo Lopes Pacheco que, entretanto, passara a França, disfarçado de mendigo.

A morte dos dois primeiros, executada em Santarém, foi de uma crueldade ímpar, *mui estranha e crua de contar*, porque *mandou tirar o coração pelos peitos a Pero Coelho, e a Alvaro Gonçalvez pelas espadoas*. Antes, porém, El-Rei, com prazer da sua chegada e *sanha cruel sem piedade lhos fez per sua mão meter a tromento*, para que confessassem o que fizeram e o que sabiam.

No seu reinado, em 1361, reuniram-se as cortes em Elvas, onde o Rei ouviu e aceitou reclamações do povo contra o clero e contra os nobres, tendo-se resolvido a instituir o chamado Beneplácito Régio, pelo qual nenhum documento papal poderia ter qualquer efeito legal em Portugal sem o visto e a sanção do rei.

Graças a um certo talento governativo e à sua administração económica, procurou sempre manter o país em paz, pelo que se desenvolveu e prosperou;



e, quando faleceu, deixara um erário rico e os cofres públicos cheios de dinheiro.

O povo adorava-o porque sempre o defendera contra os abusos dos grandes e o Rei juntava-se a ele em cantos, toques e danças, à luz de archotes, durante a noite.

D. Pedro fez trasladar o corpo de D. Inês de Castro de Santa Clara de Coimbra para o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e, tendo falecido em Estremoz em 1367, com quarenta e sete anos de idade, jaz ao lado de Inês no templo de Alcobaça, cada um em seu túmulo magnífico.

Viveu de 1319 a 1367 e reinou de 1357 até 1367.

bibRIA

## D. FERNANDO I



Salvo um ou outro estudioso, há quem considere desastroso o curto reinado de D. Pedro I, ainda que outros considerem o seu governo bastante proveitoso para a paz e para as condições económicas do país. Na verdade, com a aplicação abusiva de impostos sem sempre justos, terá deixado o erário público bastante confortável, na sequência dos seus antecessores.

Sucedeu-lhe, no trono, D. Fernando I, seu filho e de sua esposa, a malograda rainha D. Constança.

Também há quem considere, quase na totalidade, o reinado do último rei da primeira dinastia, bastante negativo; todavia, se teve momentos menos proveitosos à nação, houve com ele decisões que foram de largo alcance económico e político.

De facto, com as três guerras que manteve com Castela, mostrou-se não só perdulário dos bens do Estado acumulados, mas também indeciso e inconstante com os tratados que veio realizando, não cumprindo as cláusulas de casamento e outras a que ficara vinculado. Daí que, se pelo seu aspecto físico e gentil, o cognominaram de Formoso, também lhe acrescentaram o epíteto de Inconstante.

Casos houve em que não revelou coragem nem capacidade de comando, abandonando o seu exército na Galiza, recolhendo-se à pressa a Portugal.

Na segunda guerra com Castela, salientou-se, tornando-se célebre, o alcaide do Castelo de Faria, Nuno Gonçalves, quando os castelhanos invadiram Portugal. Na terceira guerra, porém, a armada portuguesa foi derrotada na batalha naval de Saltes.

Por outro lado, não recebendo em casamento qualquer infanta de Aragão ou de Castela, como tinha sido estipulado, veio a unir-se a uma mulher de grande formosura e já casada com João Lourenço da Cunha, chamada D. Leonor Teles, que não reunia os requisitos nem as qualidades morais para vir a ser a futura rainha de Portugal. Este facto fez com que o povo, discordando, se amotinasse. Foi o alfaiate Fernão Vasques que assumiu a liderança para protestar junto do Rei, que, apesar de tudo, veio a casar, secretamente, no Mosteiro de Leça do Balio. Por isso mesmo, Fernão Vasques e outros responsáveis pela revolta popular que prepararam, vieram a ser executados por ordem da própria D. Leonor Teles.

As lutas com Castela, o casamento com D. Leonor e algumas outras das

suas atitudes menos boas na governação, trouxeram graves prejuízos para os interesses nacionais.

D. Fernando, contudo, também empreendeu algumas medidas de desenvolvimento que vieram a contribuir para uma maior utilidade e riqueza nacional. Está nesse caso a conhecida Lei das Sesmarias (1375) que obrigou os donos das terras a torná-las úteis à comunidade, arroteando-as e cultivando-as, ao mesmo tempo que obrigou os vadios a dedicarem-se à agricultura dos campos, se não tinham outro ofício prestável.



Desenvolveu a marinha incentivando a construção de navios, mesmo do próprio rei, tornando possível e mais fácil a exportação das nossas mercadorias. Para isso, criou e desenvolveu as Bolsas de Lisboa e do Porto, favorecendo os próprios donos dos barcos com essa espécie de associação mutualista que se chamou a Companhia das Naus.

D. Fernando promoveu também a construção de uma muralha de defesa de Lisboa, denominada Cerca Nova que, futuramente, deveria exercer uma função primordial na defesa da cidade.

Estabeleceu, com a Inglaterra, em 1373, uma aliança que durou séculos. Não deixou filhos varões, somente uma filha do seu casamento com D. Leonor Teles, D. Beatriz, que casou com D. João I de Castela.

D. Fernando viveu de 1345 a 1383 e reinou de 1367 até 1383.

## QUADRO CRONOLÓGICO DOS REIS DA 1ª DINASTIA, CHAMADA AFONSINA

Nomes	Cognome	Datas
D. Afonso Henriques	O Conquistador	Viveu de 1111 a 1185; Reinou de 1128 a 1185.
D. Sancho I	O Povoador	Viveu de 1154 a 1211; Reinou de 1185 a 1211.
D. Afonso II	O Gordo	Viveu de 1185 a 1223; Reinou de 1211 a 1223.
D. Sancho II	O Capelo	Viveu de 1209 (?) a 1248; Reinou de 1223 a 1248.
D. Afonso III	O Bolonhês	Viveu de 1211 (?) a 1279; Reinou de 1248 a 1279.
D. Dinis	O Lavrador	Viveu de 1261 a 1325; Reinou de 1279 a 1325.
D. Afonso IV	O Bravo	Viveu de 1291 a 1357; Reinou de 1325 a 1357.
D. Pedro I	O Cruel ou Justiceiro	Viveu de 1319 a 1367; Reinou de 1357 a 1367.
D. Fernando	O Formoso ou Inconstante	Viveu de 1345 a 1383; Reinou de 1367 a 1383.

## O INTERREGNO (1383-1385)

Assim se pode designar o espaço de tempo mais ou menos longo, durante o qual não há um soberano reinante e pode dizer-se, entre dois reinados de diferentes dinastias.

Na nossa História, denominou-se, deste modo, o intervalo de tempo em que não houve propriamente um rei, entre a morte de D. Fernando I e a subida ao trono de D. João I, o fundador da nova dinastia; logo, o espaço de tempo que mediou entre o fim da dinastia Afonsina e o começo da dinastia de Aviz.

Após a morte de D. Fernando, ficou, como regente do reino, sua esposa, D. Leonor Teles, que era mal vista pelo povo que até a odiava. Foi natural que ela proclamasse rainha de Portugal sua filha D. Beatriz, casada com o rei de Castela.

Como D. Leonor se envolvesse, política e amorosamente, com o fidalgo castelhano João Fernandes Andeiro, seu valido e favorito, os nobres portugueses pensaram e decidiram fazê-lo desaparecer. Nesse plano, estava incluído D. João, Mestre de Aviz, filho bastardo de D. Pedro I e de D. Teresa Lourenço, o qual foi incumbido, juntamente com outros, de assassinar o Conde Andeiro.

Entretanto, D. Leonor, tendo fugido para Alenquer e daqui para Santarém, pediu auxílio imediato ao rei de Castela, enquanto o Mestre de Aviz era aclamado Regedor e Defensor do Reino.

O rei de Castela entrou em Portugal pelo Alentejo, onde se encontrava D. Nuno Álvares Pereira que, conhecedor dos movimentos do exército castelhano, o esperou em Atoleiros, onde se travou a batalha do mesmo nome, ganha pelo exército português a 6 de Abril de 1384. Foi o primeiro grande embate da guerra da independência.



## D. JOÃO I

D. João, Mestre de Aviz e Regedor e Defensor do Reino, subiu ao trono após as decisões das Cortes de Coimbra (1385), cujas pretensões foram magistralmente defendidas pelo D. João das Regras ou de Aregas, jurista notável dos fins da Idade Média.

Pelos factos notáveis que sucederam no seu reinado e com os quais ilustrou o país e o seu nome, deu-lhe o povo o cognome o de Boa Memória, pelo qual ficou a ser conhecido na História de Portugal.

O rei de Castela não desistiu facilmente dos direitos que sua mulher, D. Beatriz, tinha sobre a Coroa Portuguesa; por isso, várias vezes invadiu Portugal, sendo sucessivamente derrotado nas batalhas dos Atoleiros, de Trancoso, de Aljubarrota e de Valverde, onde D. Nuno Álvares Pereira teve papel decisivo, mostrando-se um conhecedor profundo das manhas da guerra, um verdadeiro estratega, revelando-se como herói nacional.

Realizada a paz com Castela, por um voto de luta contra os Mouros e a pedido dos filhos D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, para aí serem armados cavaleiros, decidiu preparar uma expedição ao norte de África para conquistar a cidade de Ceuta aos Mouros, o que aconteceu em 1415. Esta conquista no norte de África marcou o início da nossa expansão ultramarina.

Foi ainda no seu reinado e sob a sábia e pertinaz orientação do Infante D. Henrique, que os navegadores João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira descobriram a ilha de Porto Santo, em 1418; um ano depois, acompanhados por Bartolomeu Perestrelo, descobriram a ilha da Madeira, (1419).

Em 1431, outro navegador, Gonçalo Velho Cabral, descobriu a ilha de Santa Maria (arquipélago dos Açores), vindo as outras a ser descobertas sucessivamente.

Tendo já sido ultrapassado o Cabo Não, outro navegador da escola do Infante de Sagres, Gil Eanes, em 1434, passou além do Cabo Bojador em segunda tentativa, fazendo desaparecer a lenda e o terror supersticioso do mar tenebroso e trazendo ao Infante, como prova da sua viagem e do seu feito, as célebres rosas de Santa-Maria, com o seu perfume.

Foi com D. João I que houve a substituição da Era de César pela Era de Cristo, correspondente a menos 38 anos, a qual passou a ficar exarada nos



documentos.

D. João I teve um filho natural de Inês Pires, de nome D. Afonso, que veio casar com a filha única de D. Nuno Álvares Pereira, D. Brites Pereira. A D. Afonso foi-lhe conferido o título de Duque de Bragança, vindo a ser o fundador da Casa do mesmo nome.

Por uma promessa a Nossa Senhora, D. João I mandou construir o bellissimo Mosteiro de Santa Maria da Vitória, também conhecido por Mosteiro da Batalha, para comemorar a batalha de Aljubarrota. É, hoje, um dos mais belos monumentos nacionais e o seu projecto, de grande magnificência, deve-se ao famoso architecto Afonso Domingues, cujo nome se reverencia na Sala do Capitulo.

Os corpos de D. João I, de sua esposa D. Filipa de Lencastre e dos seus filhos – a chamada Inclita Geração – encontram-se depositados em túmulos condignos, neste Mosteiro, na designada Capela do Fundador.

D. João I viveu de 1357 a 1433, reinou de 1385 a 1433, morrendo a 14 de Agosto deste ano, com a idade de 76 anos.



## Infante D. Henrique (1394-1460)

No Porto, a 4 de Março de 1394, nasceu o Infante D. Henrique, quinto filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, aquele que viria a ser conhecido por Henrique, o Navegador, ou Infante de Sagres, embora a ideia da fundação de tão propalada Escola de Sagres tenha sido bastante contestada e cuja análise da sua existência fora largamente escalpelizada por Duarte Leite, na sua "História dos Descobrimentos".

Após várias expedições e com o conhecimento das Ilhas Canárias, a descoberta dos Açores e da Madeira, os navegadores do Infante foram além dos cabos Não e Bojador, desfazendo as lendas do fogo e dos monstros do Mar Tenebroso.

Estava assim a realizar-se o plano de chegar directamente às Índias, desviando o itinerário comercial que até então se fazia em longas caravanas desde a Índia até ao Egipto e portos do Mediterrâneo, cujos produtos transaccionados ficavam na posse das repúblicas italianas.

Chegar directamente à Índia, desviar o comércio do Mediterrâneo e lançar os produtos orientais directamente na Europa, constituíam o alvo do grande projecto português e o grande sonho do Infante, o qual viria a efectivar-se, já no reinado de D. Manuel I, com a futura descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, por Vasco da Gama.

Do mesmo nível intelectual, moral e religioso de seus irmãos D. Duarte e D. Pedro, foi protector da Universidade e Mestre da Ordem de Cristo.

Toda a sua actividade orientada para o desenvolvimento da navegação foi posta ao serviço de Deus e do Reino de Portugal, tomando por divisa a expressão francesa *Talent de bien faire*.



## D. DUARTE

Filho mais velho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, herdeiro do trono que ocupou ainda que por breve espaço de tempo, nasceu em 31 de Outubro de 1391 e faleceu, em Tomar, a 9 de Setembro de 1438, com a idade de 47 anos. Está sepultado, como seus pais e seus irmãos, no Mosteiro da Batalha.

Foi já no reinado de D. Duarte e sob a orientação de seu irmão D. Henrique que, em 1434, na continuação da empresa das navegações, Gil Eanes passou o cabo Bojador e que, em 1436, o navegador Afonso Gonçalves Baldaia descobriu o Rio do Ouro.

Por doação e distribuição de terras, deu-se o empobrecimento do erário público. Para contrariar este prejuízo, D. Duarte promulgou uma disposição para regulamentar as heranças adquiridas por doação do rei. É a chamada Lei Mental porque já D. João I a trazia na mente e, ainda que não publicada, já procurava aplicá-la.



A conquista de praças aos mouros, no norte de África, continuava a fazer parte das preocupações e das intenções de D. Henrique. Embora com a oposição do Infante D. Pedro, D. Henrique e D. Fernando conseguiram a anuência de D. Duarte, pelo que se organizou uma expedição para a conquista de Tânger, onde D. Fernando seria armado cavaleiro. Os portugueses foram mal sucedidos e, perante a derrota, como condição imposta para a praça de Ceuta ser entregue aos mouros, ficou prisioneiro o Infante D. Fernando. Como nas Cortes de Lisboa se concluiu que a entrega de Ceuta significava grande sacrifício para o país, D. Fernando nunca mais foi resgatado e veio a morrer cativo, em Fez, ao fim de seis anos de verdadeira escravatura, com fama de santo.

Rei de frágil constituição física, psicologicamente destruído pela grande amargura por não poder libertar o irmão e por ver o seu Reino devastado pela peste, D. Duarte sobreviveu somente um ano ao desastre de Tânger, em 1438.

D. Duarte, rei inteligente, senhor de grande cultura e de grande experiência da vida, foi chamado o Eloquentes pela erudição e pela eloquência que ressaltam das obras que escreveu: "Ensinança de bem cavalgar toda sela" e o "Leal Conselheiro". Enquadrou-se no notável grupo dos prosadores de Aviz, de que surgiram obras de grande valor didático, desportivo e moral. D. João I, seu pai, escreveu o "Livro da montaria"; D. Pedro, seu irmão, escreveu a "Virtuosa Benfeitoria" e traduziu várias obras de escritores latinos.

D. Duarte encarregou Fernão Lopes, guarda-mor da Torre do Tombo, em 1434, de redigir as crónicas dos antigos reis e a de D. João I.



# bibRIA

## D. AFONSO V

À altura da morte de D. Duarte, D. Afonso, herdeiro do trono, tinha apenas seis anos de idade. Por testamento, a rainha D. Leonor, filha de D. Fernando de Aragão, seria tutora do jovem rei e governaria o Reino. Por ser estrangeira, não ter a simpatia do povo e por revelar certa incapacidade para a governação, os portugueses, descontentes com ela, entregaram a regência ao Infante D. Pedro.

Logo que D. Afonso chegou à idade de tomar as rédeas do governo, D. Pedro, que era um homem sábio, culto e justo, entregou-lhe o governo da nação e, tendo casado sua filha D. Isabel com o futuro rei, retirou-se para o seu território de Coimbra. Todavia, intrigas com o seu genro e novo rei fizeram com que ele se deslocasse à Corte para tudo clarificar, acompanhado de alguns dos seus homens armados para sua defesa; o rei, continuando a dar ouvidos às calúnias de que o tio lhe queria ocupar o trono, veio ao seu encontro com um exército, dando-se um breve encontro em Alfarrobeira (1449), onde se registou uma verdadeira chacina, morrendo D. Pedro, muitos outros cavaleiros e o seu amigo leal Conde de Abranchês, D. Álvaro Vaz de Almada.

No reinado de D. João I, numa reunião das Cortes, foi proposto que se fizesse uma compilação das leis que abrangia a documentação de D. Afonso II e bem assim a que surgiu a partir de D. Dinis e de D. Afonso IV: disposições de direito canónico e romano, tratados e concordatas, velhos foros, leis consuetudinárias evocando usos e costumes, etc. A exigência de uma colecção de todas essas leis que, de certo modo, já vinha sendo feita, ficou organizada na regência de D. Pedro, em 1446, sendo publicada com o título de Ordenações Afonsinas.

D. Afonso V herdou de seus antepassados a ideia de continuar a conquista de terras aos mouros no norte de África, como já tinha acontecido com Ceuta. Animado por um espírito belicista e religiosamente entusiasta, conquistou Alcácer-Seguer, em 1458; e, em 1471, foram tomadas Arzila e Tânger. Por esta sua actividade no norte de África, veio a ser cognominado o Africano e foi a partir do seu reinado que os reis portugueses passaram a ser designados por Reis de Portugal e dos Algarves, daquém e dalem mar em África.

Tendo D. Afonso V casado pela segunda vez com D. Isabel, única filha de Henrique IV de Castela, manteve pretensão a este trono, após a morte de seu sogro. Porém, a esposa de D. Fernando de Aragão, irmã do rei falecido, disputou-lhe a coroa. Entraram então em guerra que veio a terminar com a batalha de Toro, cuja vitória não coube a nenhum dos contendores, porque, se a ala comandada por D. Afonso V ficou derrotada, os esquadrões comandados

pelo Infante D. João ficaram vencedores. Daí o facto de se dizer que a batalha ficou indecisa.

Ora, durante o recontro, notabilizou-se o porta-bandeira Duarte de Almeida que, a todo o custo, não deixou arrebatá-lo a bandeira portuguesa, ainda que lhe tivessem cortado os braços. Por isso, foi chamado o Decegado.

D. Afonso V, tendo pedido auxílio a Luís XI, de França, foi ludibriado por ele e, desgostoso, entregou o governo a D. João e partiu para a Terra Santa, como peregrino, projecto que não levou até ao fim; tendo regressado a Portugal, morreu pouco depois.

Neste reinado, continuou a gesta dos descobrimentos marítimos, sob a orientação do Infante D. Henrique.

Nuno Tristão chegou ao Cabo Branco, em 1441. Em 1445, o mesmo navegador e Álvaro Fernandes descobriram a foz do rio Senegal.

Neste mesmo ano, Deniz Dias descobriu toda a costa da Guiné até ao Cabo Verde.

Em 1460, Diogo Gomes e António de Nola descobriram o arquipélago de Cabo Verde.

Neste mesmo ano, faleceu, em Sagres, o Infante D. Henrique, mas a sua notável empresa das descobertas estava lançada e continuou, pois, em 1469 Fernão Gomes atingiu a Costa da Mina.

Em 1470, João de Santarém e Pedro Escobar descobriram as ilhas de São Tomé e Príncipe e Fernando Pó descobriu a ilha que tomou o seu nome e a ilha de Ano Bom.

Álvaro Esteves, em 1472, passou além do Equador.

Muitos outros navegadores estiveram envolvidos na faina das descobertas e trouxeram a Portugal notícias de muitas outras terras.

Foi no reinado de D. Afonso V que foi introduzida em Portugal a Imprensa de caracteres móveis, inventada por Gutemberg, se admitirmos que a entrada no nosso país se deu pelos anos 1480 ou 1481. A não ser assim, poder-se-á admitir o ano de 1487, em Faro, com o impressor de obras hebraicas que foi o judeu Samuel Gacon, já no reinado de D. João II.

D. Afonso V nasceu no paço de Sintra em Janeiro de 1432 e aí morreu em 28 de Agosto de 1481, depois de ter governado durante quarenta e três anos. O seu corpo repousa no Mosteiro da Batalha.

D. Afonso V viveu de 1432 a 1481 e reinou de 1438 até 1481.

## D. JOÃO II

Este rei, nascido em 1455, muito considerado na nossa História, sucedeu a D. Afonso V. Foi cognominado o Príncipe Perfeito, não tanto sob o ponto de vista moral e humano, mas sim de acordo com a avaliação política que dele se fez, como consumado intérprete na arte da governação do seu povo.



Contemporâneo de Nicolau Bernardo Maquiavel (1469-1527) autor do célebre "Príncipe", cuja primeira edição só apareceu, póstuma, em 1532, embora tivesse sido escrito muito antes, o nosso rei terá tido algum conhecimento desta obra ou da sua filosofia, e terá seguido alguns princípios expostos sobre a concentração do poder real, como rei absoluto que foi, regendo a política do País com mão de ferro contra todos os que lhe fizeram frente.

Pela colaboração prestada pelos nobres a D. Afonso V nas conquistas de África, este rei fez-lhes largas doações no território continental, de tal modo que, quando D. João II subiu ao trono, encontrou um erário público deficitário e teve a ocasião de afirmar que o senhor, seu pai, o deixara somente rei das estradas de Portugal. Por isso, D. João II procurou abater a prosápia e a altivez dos poderosos fidalgos, como os seus próprios familiares duques de Bragança e de Viseu, para a unificação e o engrandecimento do poder da Coroa.

Nas cortes de Évora, reunidas em 1481, estiveram em evidência os representantes do povo, que acusaram os nobres de ocuparem terras pertencentes à Coroa e de praticarem vexações no que diziam ser os seus domínios.

Os fidalgos não gostaram e quiseram resistir, apelando para o auxílio do rei de Castela. Todavia, denunciada a conspiração, D. João foi implacável na aplicação da justiça e o duque de Bragança, D. Fernando, chefe dos revoltosos, foi preso e degolado em Évora, em 1483. O cunhado e primo de D. João II, duque de Viseu, chefe da segunda conspiração, foi apunhalado pelo próprio rei de Setúbal, em 1484. Além destes, muitos outros conspiradores foram executados e outros morreram encarcerados.

Príncipe Perfeito na aplicação da lei, segundo Maquiavel, ou rei sinistro, enérgico e tigrino, segundo Gonçalves Crespo? *Pela Lei e pola Grei*, com toda a energia e com toda a verdade.

Após a estabilização política e social do Reino, D. João II dedicou-se, com entusiasmo e perspicácia, à nobre empresa dos descobrimentos

marítimos, na esteira dos trabalhos do Infante D. Henrique.

Diogo de Azambuja, em 1481, fundou o castelo e a povoação de São Jorge da Mina, na costa da Guiné.

Em 1482, Diogo Cão descobriu o rio Zaire e o reino do Congo, prosseguindo, no ano seguinte, a descoberta de toda a costa de Angola.

João Afonso de Aveiro, em 1488, descobriu as terras de Benim. No mesmo ano, Bartolomeu Dias dobrou o Cabo das Tormentas, a que D. João II atribuiu o nome de Cabo da Boa Esperança, porque, enfim, estava aberta a passagem para o Oriente e para a Índia.

Entretanto, o rei mandara, por terra, Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva, com o fim de recolherem informações sobre a Índia e sobre o caminho que devia conduzir até lá. Nenhum destes emissários do rei de Portugal regressou ao seu país, mas Pêro da Covilhã, tendo chegado até Sofala, na costa oriental da África, conseguiu enviar ao seu rei notícias certas sobre o que se pretendia.

Empreendeu, também, D. João II a organização da armada e da expedição para a realização completa da descoberta do caminho marítimo para a Índia, mas não viu efectuado o seu desejo por ter morrido antes, inesperadamente.

Vivia em Portugal um genovês, de nome Cristóvão Colombo, que propôs ao rei descobrir a Índia pelo ocidente. D. João recusou os seus serviços e ele foi oferecê-los ao rei de Castela que os aceitou. Colombo veio a descobrir, em 1492, o continente americano, que ele designou por Novo Mundo, porque o nome América está ligado aos contactos do navegador Américo Vespúcio.



A descoberta do Novo Mundo criou um litígio entre os reis de Portugal e de Castela, quanto à posse das novas terras descobertas. A contenda foi resolvida por acção do Papa que propôs atribuir a Portugal o domínio das terras, descobertas e a descobrir, no hemisfério oriental, ficando as do Ocidente na posse dos castelhanos. Tendo sido aceite pelos dois reis a proposta do papa, tudo viria a ficar estabelecido com a ratificação documental no Tratado de Tordesilhas, em 1494, admitindo-se uma linha imaginária traçada de polo a polo, a trezentas e setenta léguas a oeste de Cabo Verde.

O filho único de D. João II e de D. Leonor, D. Afonso, casara com D. Isabel, filha dos Reis Católicos de Espanha. Esta união constituiu o sonho de D. João II, pela possibilidade de reunir, nas mãos do filho, os ceptros de

Portugal e de Espanha. Contudo, poucos meses depois do casamento, em 1491, D. Afonso, ao correr o páreo, nas margens do Tejo em Almeirim, com D. João de Meneses, morreu de uma queda do cavalo em que seguia. Foi assim que surgiu a complicação do problema da herança do trono.

D. João II, rei de larga visão futura, permitiu, em 1492, que os judeus expulsos de Espanha, com todas as suas riquezas, se fixassem em Portugal, podendo vir a contribuir para o aumento do erário público e não só.

Em 1492, D. João deu um passo decisivo para a centralização e melhoria dos serviços hospitalares, reunindo todos os pequenos hospitais de várias invocações de Santos num só de nome generalizado – o Hospital de Todos os Santos – com uma organização mais eficiente. Estava dado o grande passo para a criação da nova irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia, por D. Leonor, em Lisboa, em 1498.

Senhora de grandes virtudes, de muita caridade e de decisões abertas, D. Leonor, esposa de D. João II, foi a notável fundadora das instituições de beneficência, chamadas as Misericórdias, primeiro em Lisboa, mas que, depois, se estenderam a vários pontos do País.

D. João II morreu em Alvor, em Outubro de 1495, com a idade de 40 anos, quando ainda havia muito a esperar dele.

Quando a rainha de Espanha, Isabel Católica, recebeu a notícia da sua morte, exclamou como que aliviada: *Murió el Hombre!*

## **Santa Joana Princesa (1452-1490)**

Filha de D. Afonso V e de D. Isabel, a Princesa, a quem foi dado o nome de Joana, nasceu em Lisboa, a 6 de Fevereiro de 1452. Só passados mais dois anos, em 1455, é que veio a nascer um filho varão, o futuro D. João II.

Recusando a mão de alguns reis e príncipes, que a pediram em casamento, dotada de elevadas qualidades, aprimoradas por uma educação cuidadosa na sequência do ambiente culto dos prosadores de Aviz, D. Joana sentiu-se tocada pelo chamamento religioso.

Acabou por ingressar no Convento de Jesus de Aveiro, há pouco fundado, onde tomou hábito e onde viveu praticando a contemplação, a caridade, a oração e as leituras sagradas.

A 12 de Maio de 1490, com 38 anos de idade, faleceu entre as irmãs do Mosteiro de Jesus, como um verdadeiro espelho de virtudes.

É notável e digno de visita o belo túmulo da Princesa Santa Joana, no Mosteiro de Jesus de Aveiro, hoje Museu da cidade.

Em 4 de Abril de 1693, Santa Joana foi beatificada e em 5 de Janeiro de 1965, foi considerada, oficialmente, por Paulo VI, padroeira da cidade e da Diocese de Aveiro.



## **D. Leonor,**

### **Fundadora das Misericórdias (1458-1525)**

Filha dos duques de Bragança D. Fernando e D. Beatriz, nasceu em Beja, em 1458, mas em dia e mês controversos.

Casou com D. João II e viu-se envolvida nas tramas da política e do poder, pelas suas ligações familiares às casas senhoriais de Bragança e de Viseu, principais opositoras à política centralizadora do poder real, levada a cabo por seu marido, visto que o duque de Viseu era seu irmão e o duque de Bragança, seu cunhado.

As tensões familiares entre os esposos acentuaram-se com a morte do único filho, D. Afonso, para a sucessão ao trono.

Senhora de alto valor espiritual e cultural, fundou o primeiro hospital das termas das Caldas da Rainha e a Misericórdia de Lisboa, cuja acção se havia de expandir a todo o País.

Das suas iniciativas religiosas, atesta a fundação dos conventos da Madre de Deus e da Anunciada. As suas iniciativas culturais projectam-se na protecção às artes e à imprensa e bem assim na protecção e apoio dados aos escritores Gil Vicente e Damião de Góis.





## D MANUEL I

D. Manuel, o décimo quarto rei de Portugal, foi cognominado o Venturoso e houve razões sobejas para que assim fosse designado. Filho do infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V, D. Manuel foi duque de Beja e veio a ser sucessor no trono. Era o irmão mais novo do duque de Viseu e de D. Leonor, esposa de D. João II.

Foi um rei afortunado. Subiu ao trono após a contingência dolorosa da morte do príncipe herdeiro, D. Afonso, quando se deu o desastre a cavalo nas margens do Tejo, em Almeirim, e quase por imposição de D. Leonor, sua irmã, que repudiou a sucessão de D. Jorge de Lencastre, filho de D. João II e de D. Ana de Mendonça, sob cláusula anterior do próprio pai, caso o herdeiro legítimo viesse a falecer. Tudo estava na sequência da morte violenta do duque de Bragança, executado em Évora, do duque de Viseu, apunhalado pelo próprio rei em Setúbal, o qual era irmão de D. Leonor e de D. Manuel, e a morte prolongada do bispo de Évora numa prisão-poço do Castelo de Palmela.

Herdeiro de um reino politicamente pacificado pelo abatimento imposto à nobreza, passando a ser a Coroa senhora de largos bens, D. Manuel recebeu de mão beijada um trono para o qual D. João tinha arquitectado projectos aliantes. Também recebeu, assim, as condições e os impulsos até então preparados para fazer realçar o nome de Portugal, tornando-o mais conhecido entre as nações civilizadas da Europa.

A ideia da concentração do poder dos reinos da Península nas mãos de um rei português, vinda já das intenções de D. João II, com o casamento do príncipe D. Afonso com D. Isabel, filha dos Reis Católicos, continuou com D. Manuel, ao pedir, também em casamento, a mesma princesa, viúva do príncipe falecido. O pedido foi aceite mediante a cláusula da expulsão dos judeus (1497) que D. João II tinha recebido em Portugal. D. Manuel anuiu e esta medida deu causa a grandes crueldades. Esta atitude obrigou muitos judeus a converterem-se ao cristianismo, ficando a chamar-se Cristãos-novos;

outros abandonaram o Reino, levando consigo muitas riquezas que eram suas. Este facto não evitou que se viesse a realizar a acção abominável da matança dos cristãos-novos (1506), ainda que viessem a ser punidos severamente os culpados.

A ambição de D. Manuel da união das duas coroas não chegou a efectivar-se porque D. Isabel morreu pouco depois de casada e, mais tarde, o filho que nasceu deste casamento.

Entretanto, os projectos de D. João II começaram a realizar-se com felicidade e glória para a Coroa portuguesa.

Durante 1497 e 1498, Vasco da Gama descobriu o Caminho Marítimo para a Índia, como comandante da armada preparada por D. João II. A armada, passando o Cabo da Boa Esperança, descobriu as terras orientais da África e chegou a Calecute a 20 de Maio de 1498.



Passados dois anos, uma nova armada, mais poderosa, comandada por Pedro Álvares Cabral, com destino à Índia, desviou o seu itinerário normal para Ocidente e descobriu a Terra de Santa Cruz ou Brasil (1500);

esta circunstância especial, aliada ao desvio que foi feito, levantou, posteriormente, o problema da intencionalidade desta descoberta.

Ainda em 1500, Gaspar Corte Real descobriu o Canadá e João da Nova, em 1501, descobriu as ilhas da Ascensão e de Santa Helena.

Tendo chegado à Índia, os portugueses passaram a incomodar os maometanos que, até à altura, eram os senhores do comércio das especiarias para a Europa, através do Golfo Pérsico e em longas caravanas até ao Egipto, donde as repúblicas italianas, com os seus barcos, faziam o transporte das mercadorias orientais para território europeu.

Logo que os muçulmanos descobriram que os portugueses criavam postos para comerciar, na costa indiana, e levavam até Lisboa grandes cargas de pimenta e outras especiarias, movimentaram os reis indianos contra eles. Assim se explica o cerco de Cochim por muitos milhares de indianos, onde já tinha sido construída uma fortaleza e cujo rajá era nosso aliado. Aí se aventajou o célebre Duarte Pacheco Pereira, o Aquiles Lusitano, que, com número reduzido de portugueses e alguns naires, conseguiu repelir o ataque dos inimigos, obrigando-os a levantar o cerco. Também se afirma que este notável batalhador foi sete vezes vencedor do rei de Calecute.



Foi então a altura de D. Manuel I criar a função de um único chefe das fortalezas e das feitorias da Índia, com o título de vice-rei.

Caiu a primeira nomeação para esse elevado cargo em D. Francisco de Almeida, o primeiro vice-rei da Índia, que desenvolveu, em larga escala, o comércio entre portugueses e indianos.

Vendo então o sultão do Egipto a ruína das suas antigas actividades comerciais, enviou uma poderosa armada com o fim de nos expulsar do território e dos mares da Índia; surpreendendo, no porto de Chaúl, os navios portugueses, comandados por D. Lourenço de Almeida, filho do vice-rei, esse morreu no recontro e a sua armada foi destruída. Por esta derrota e amargurado pela perda do filho, vingou-se terrivelmente o vice-rei, aniquilando a forte armada egípcia em frente de Dio.

O projecto deste vice-rei implicava não propriamente a conquista de terras, mas fazer as transacções comerciais, sob o auspício e a protecção de fortes armadas.

Ao primeiro vice-rei da Índia sucedeu o mais reconhecido e mais afamado herói português de além-mar, D. Afonso de Albuquerque, que, ao contrário de D. Francisco de Almeida, protagonizava a fundação de um vasto Império Português no Oriente; dentro do seu plano, era necessário ocupar pontos estratégicos nas margens do Oceano Índico, para levar a cabo os seus intentos.

Em primeiro lugar, tomou Ormuz, à entrada do Golfo Pérsico, onde eram trocados os produtos da Índia com os da Arábia e da Pérsia. A seguir, tomou Malaca, ponto estratégico, onde se fazia a troca de mercadorias indianas pelas da China, do Japão e de todo o Extremo Oriente.

Áden, que seria o terceiro ponto, situado no Golfo do mesmo nome e à entrada do Mar Vermelho, resistiu às suas arremetidas.

Afonso de Albuquerque tomou Goa e elevou-a, pela sua posição privilegiada, a capital do Império Português do Oriente.

Hábil e valoroso comandante, homem justo e perspicaz, Afonso de Albuquerque tornou o nome português conhecido e respeitado em todo o Oriente. De uma altíssima visão inter-rácica, promoveu o casamento entre soldados portugueses e mulheres indianas.

D. Manuel I, dando ouvidos às intrigas da Corte, substituiu-o na governação, facto de que ele, com o desgosto, veio a falecer pouco depois; dele se conhecem, à altura da morte, as suas últimas palavras: *Mal com El-Rei por amor dos homens, mal com os homens por amor de El-Rei.*

Lopo Soares de Albergaria, terceiro vice-rei da Índia, conquistou Colombo, na ilha de Ceilão.

Foram também conquistadas, na África Oriental, as fortalezas de Safim por Diogo da Azambuja e as de Azamor, Tete e Almedina, por D. Jaime, duque de Bragança, sendo capitão de uma das naus da expedição João de Lisboa.

Todas as riquezas orientais chegavam directamente a Lisboa, em cujo porto eram procuradas pelos navios de todas as nações.

Em consequência de tudo isso, D. Manuel I acrescentou aos títulos dos reis, seus antecessores, o de *Senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*.

Mas, se este rei foi muito afortunado por tudo quanto aconteceu no seu reinado, realizou também actividades que o marcaram individualmente. Por isso, entregava-se com brio ao trabalho que o ocupava durante bastante tempo, debruçando-se também, com desvelado interesse, sobre a organização interna do País.

As Ordenações Afonsinas encontravam-se desajustadas à época. Revistas e reduzidas em alguns pontos, foram-lhes acrescentadas leis publicadas posteriormente. Era, pois, necessário e conveniente actualizá-las, o que veio a acontecer com as Ordenações Manuelinas (1521).

# bibRIA



Foi feita a reforma dos pesos e das medidas, o que viria a ser preciso para a reforma dos forais que, se por um lado foram considerados como tabelas aduaneiras, por outro, foram escritos em letra acessível e tomados como fontes de leis para os vários concelhos, donatários e demais população. Foram chamados Forais Novos.

D. Manuel conseguiu criar uma Corte que, devido às grandes riquezas que vinham do Oriente, viveu no luxo e na abundância.

Para além dos heróis já citados, há que lembrar Francisco Álvares, Lopes de Castanheda, Damião de Góis, João de Barros, como cronistas dos feitos portugueses. Gil Vicente, extraordinário dramaturgo, criador do teatro nacional, escritor lírico de nomeada, a quem também tem sido atribuído o belíssimo trabalho de ouro que é a Custódia de Belém; Bernardim Ribeiro, poeta e

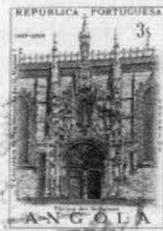
prosador de grande originalidade. Os Arrudas, Vasco Fernandes conhecido por Grão Vasco e Gregório Fernandes, admiráveis autores de obra plástica nacional em que sobressai o chamado estilo manuelino, cujos exemplares ficaram espalhados por Portugal inteiro.

Além disso, a imprensa e a iluminura tomaram foros de renome mundial.

A mostrar ao mundo a grandeza de Portugal, D. Manuel enviou, em 1513, a magnificente embaixada ao Papa Leão X, tendo por responsável Tristão da Cunha e, como secretário, o escritor Garcia Resende. Nela tomavam parte, além de elementos humanos gentílicos, animais exóticos e muitos outros elementos orientais pouco conhecidos.

No tempo de D. Manuel I, foram construídos alguns momentos que são um orgulho nacional. Para comemorar o Descobrimento do caminho Marítimo para a Índia, por Vasco da Gama, D. Manuel mandou construir o esplendoroso Mosteiro de Santa Maria de Belém, vulgarmente conhecido por Mosteiro dos Jerónimos, cujos artistas responsáveis pela construção foram Boitaca e João de Castilho. Mandou construir também a elegantíssima Torre de Belém para defesa na entrada no porto, as rendilhadas Capelas Imperfeitas (por incompletas) do Mosteiro da Batalha, o Castelo da Pena, em Sintra, e o Convento de Cristo, em Tomar, onde existe a mais perfeita janela do estilo manuelino, artisticamente trabalhada e adornada com elementos simbólicos condizentes com a época áurea dos descobrimentos.

D. Manuel I faleceu em Lisboa, com 52 anos de idade, a 13 de Dezembro de 1521, e jaz no Mosteiro dos Jerónimos.



## Fernão de Magalhães (1480-1521)

Apesar de todas as venturas, das riquezas e do fausto da Corte de D. Manuel I, este rei nem sempre foi bom julgador da capacidade e da experiência dos homens.



Criou, somente por animosidade, uma situação paralela à de D. João II, quando este recusou, por raciocínio então mal esclarecido que não comportava a sua verdade, os serviços do navegador genovês Cristóvão Colombo, que os foi oferecer ao rei de Espanha, o qual os recebeu bem como todas as vantagens que daí advieram.

No caso de D. Manuel I, o experimentado navegador era português, conhecia o Oriente e, contemporâneo de muitos outros grandes navegadores, estava bem preparado quanto aos conhecimentos das grandes navegações. Era Fernão de Magalhães aquele que propôs ao rei D. Manuel a viagem de circum-navegação e que ele, só por antipatia, por desprezo e por desconhecimento, não aceitou.

Mais uma vez, o rei de Espanha, Carlos V, rei inteligente e de larga visão futura, ponderou os factos e aceitou os serviços de Fernão de Magalhães que o levaram à consecução do maior feito marítimo da humanidade de então, ainda que não tivesse conduzido até ao fim o seu projecto; de facto, tendo sido morto, quase de maneira inglória, ao ser atingido por setas envenenadas dos indígenas, na ilha de Matan, deixou a Sebastião de Elcano a possibilidade de chegar a Espanha, como estava previsto, ao porto de San Lucar de Barrameda, donde tinham partido.

Entretanto, em 1519, estando em Barcelona o mercador veneziano António Pigafetta que, tendo sabido da preparação da viagem de Fernão de Magalhães, deslocou-se a Sevilha para lhe pedir que o integrasse na sua tripulação, podendo ele servir de relator dos acontecimentos durante a viagem, o que de facto veio a acontecer. O seu trabalho de registo tornou-se assim o único relato escrito *in loco* da viagem de circum-navegação à volta do globo terrestre.

Convenhamos que D. Manuel I foi, muitas vezes, ingrato para os seus grandes servidores, como aconteceu, também, com D. Afonso de Albuquerque, o grande governador da Índia, como vice-rei.

## S. João de Deus

Este santo português, filho de gente humilde, nasceu em Montemor-o-Novo, a 8 de Março de 1495, ano em que morreu D. João II e lhe sucedeu D. Manuel I.

Indo muito novo para a Espanha, veio a fixar-se em Granada. Impressionado pelas deficiências e carências sociais do povo e, devoto da Virgem Maria, dedicou-se à prática da caridade. Fez da sua própria casa um hospício para acolhimento dos doentes necessitados e, de noite, saía pelas ruas de Granada mendigando e pedindo aos habitantes que praticassem o bem, por amor de Deus e do próximo.

Tendo falecido na cidade de Granada em 8 de Março de 1550, S. João de Deus foi beatificado a 16 de Outubro de 1690, pelo Papa Alexandre VIII.

Junto à casa onde nasceu, em Montemor-o-Novo, os Irmãos da Caridade ou Hospitalários de S. João de Deus vieram de Espanha, em 1606, para aí fundarem o Convento e Hospital de Montemor-o-Novo, sob as bênçãos do seu patrono.



### **Infanta D. Maria (1521-1577)**

A Infanta D. Maria era filha de D. Manuel I e de D. Leonor, sua terceira mulher, irmã de Carlos V, prometida ao príncipe herdeiro, D. João III.

Nasceu alguns meses antes da morte de D. Manuel, seu pai, ocorrida em 8 de Junho de 1521.

Dotada de grande formosura e de muita simpatia, a sua esmerada educação e a sua cultura devem-se a Luísa Sigeia e a sua irmã Ângela Sigeia, com quem aprendeu a ler e a escrever e também latim, grego e outras línguas.

A corte literária da Infanta D. Maria era constituída por um conjunto de mulheres sábias e cultas que, além do conhecimento de várias línguas, tinham também conhecimentos de Filosofia, Leis e Costumes, tangiam, recitavam textos de poetas humanistas: Luísa Sigeia e Ângela Sigeia; Paula Vicente, filha de Gil Vicente, tangedora; Joana Vaz, conhecedora de poetas humanistas, que deixou poemas em latim; Públia Hortênsia de Castro que, vestida de moço, frequentou, em Coimbra, Humanidades e Filosofia.

Tal era a notável corte literária da última e culturalmente famosa filha do rei D. Manuel I.

Também tem sido apontada como musa inspiradora de alguns poemas de Luís Vaz de Camões, o qual, por seus atrevimentos amorosos, terá suportado alguns desterros.

## D. JOÃO III

Era filho de D. Manuel I e da rainha D. Maria, filha dos Reis católicos, portanto, nascido do segundo casamento de D. Manuel.

Em 8 de Junho de 1502, estando a rainha retida pelo parto, na sua Câmara dos Paços do Castelo de Lisboa, veio Gil Vicente celebrar o nascimento deste Príncipe, representando, como intérprete, o seu "Monólogo da Visitação" ou "Monólogo do Vaqueiro", trabalho com que iniciou a sua notável produção dramática.

D. João III foi cognominado o Piedoso por ser muito inclinado à prática religiosa e pelo seu zelo por tudo quanto dizia respeito à Igreja.

Sob este aspecto e aconselhado pelos bispos e prelados de que se rodeou, conseguiu, em 1536, da parte do Papa Paulo III, o estabelecimento do Santo Ofício em Portugal, com a intenção de julgar os cristãos novos e ainda de impedir o alastramento das ideias da Reforma e do luteranismo que avançavam e inquietavam os católicos.

Do mesmo Papa, conseguiu também que fosse introduzida, no País, a Companhia de Jesus que fundou um Colégio em Coimbra para a preparação de missionários com destino ao Oriente, ao mesmo tempo que zelava pela educação religiosa da juventude.

Pela sua educação e por estes actos, foi considerado um rei fanático e intolerante, de inteligência medíocre, incapaz de resolver os problemas por si próprio. Apesar de tudo, no seu reinado, houve alguns actos considerados positivos.

Promoveu a colonização do Brasil, enviando, para esse território, colonos para melhor aproveitamento das terras e das riquezas autóctones. Dada a sua imensidade, dividiu o Brasil em nove capitanias que facilitaram o aproveitamento das terras e uma melhor difusão da civilização da Europa ocidental.

Aí se tornaram célebres os padres Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, como missionários devotados à causa da evangelização dos aborígenes.

D. João III nomeou primeiro governador-geral do Brasil, em 1547, Tomé de Sousa que, abandonando a Baía de Todos os Santos, fundou a cidade de S. Salvador, primeira capital do Brasil.

Por outro lado, além de se preocupar com o desenvolvimento do território



brasileiro, continuou com a preocupação das conquistas, da estabilização e do comércio do Império Português no Oriente; para isso, sacrificou muitas praças no norte de África, como Alcácer-Seguer, Azamor, Arzila e Çafim, o que foi considerado um dos maiores e mais graves erros do governo de D. João III.

Continuando os portugueses a navegar nos mares orientais, procurando descobrir novas terras e estabelecer novos contactos, os navegadores portugueses chegaram à Nova Guiné e às costas do Japão; conquistaram as Molucas, as Celebes e a Sonda.

Em 1535, o governador da Índia, D. Nuno da Cunha, tomou a fortaleza de Diu que, posteriormente, veio a suportar dois fortíssimos cercos, realizados pelos poderosos exércitos do Sultão de Cambaia. No primeiro, em 1538, salientou-se António da Silveira; no segundo, tornaram-se célebres D. João de Mascarenhas e o notabilíssimo D. João de Castro, governador da Índia, o qual, além da sua intrepidez e valentia na defesa da praça em 1546, empenhou as suas barbas à Câmara de Goa, para a sua reconstrução.

No campo do ensino, D. João III não só implementou a reforma da universidade, provendo-a de afamados professores nacionais e estrangeiros, como determinou a sua transferência definitiva de Lisboa para Coimbra.

Neste reinado, notabilizaram-se alguns vultos portugueses nos campos da escrita, da geografia, da astronomia, da cartografia, da matemática e de todas as ciências em geral.

D. João de Castro (1500-1548) além do cargo de vice-rei, que ocupou com mérito e denodo, e de outros cargos, também foi escritor e homem de ciência. Escreveu o "Tratado da Esfera em forma de Diálogo", um comentário a outra obra do género já existente; "Roteiro de Lisboa a Goa"; "Roteiro de Goa a Diu"; "Roteiro do Mar Roxo".

Foi no texto dos seus "Roteiros" que o autor deu contribuições importantes para o estudo dos fenómenos magnéticos naturais, onde se inclui o primeiro conhecimento do *desvio da agulha* e da *atração local*.

D. João de Castro, homem de invulgar cultura e erudição, juntava a essas qualidades a do bom observador dos fenómenos naturais com que se deparava o navegador nos vários pontos da terra onde se encontrava.

Outra glória dos estudos científicos do século XVI, foi Pedro Nunes (1502-1578). Professor, cosmógrafo de alto nível, Pedro Nunes foi o maior matemático português do século XVI.

Autor notável de livros de carácter científico,



traduziu o "Tratado da Esfera" e, entre outras obras que terão ficado inéditas ou de edições pouco conhecidas, escreveu "De Crepusculis" e "Libro de Algebra en Arithmetica y Geometria".

Pedro Nunes terá sido inventor de um sistema de medidas a que estiveram ligadas as leituras do astrolábio e do quadrante e, do próprio nome *Nunes*, terá vindo a designação do instrumento que se lhe atribui: *nónio*.

Garcia de Orta (1505? – 1570) foi também um dos grandes vultos do século XVI que se elevaram acima da craveira normal dos homens do seu tempo.

Licenciado em Medicina, senhor de grande cultura humanística, foi médico, professor e botânico. Decidiu deslocar-se para a Índia na armada de Martim Afonso de Sousa, partilhou o exercício da Medicina em Goa e recolheu elementos importantes, como bom observador botânico que era, para escrever a sua obra notável "Colóquio dos Simples e Drogas e Coisas Medicinais da Índia", publicada em Goa, no ano de 1563. As suas pesquisas e registos para a elaboração do seu trabalho foram feitos de 1546 a 1563, em Bombaim.

Garcia de Orta é considerado grande sábio e investigador, pois, através da sua obra, trouxe à Europa e à ciência médica o notável contributo da flora oriental para a farmacopeia e respectivas aplicações às variadas doenças.

Foi físico-mor em Goa durante bastante tempo e nessa cidade morreu em 1570.

São Francisco Xavier (1506-1552) veio de Navarra para Portugal e prestou os seus serviços integrado na acção evangelizadora do Oriente, como jesuíta, tendo sido nomeado superior das missões. Percorreu grande parte do Oriente, esteve em Malaca, Ceilão; foi ao Japão, onde permaneceu mais ou menos dois anos e onde fundou uma missão que durou à volta dos duzentos.



Missionário dotado de grande capacidade de comunicação, converteu muitos gentios, foi muito venerado e tem fama de praticar muitos milagres. Tendo-se dirigido à ilha de Schangchwan ou de Sanchoão, com intenção de penetrar na China, aí morreu, tendo o seu corpo sido transportado para Goa, em 1654, onde foi e continua a ser muito venerado, tendo-o beatificado Paulo V, em 1619 e Gregório XV canonizado, três anos depois. Pelo testemunho da sua vida e pela sua acção civilizadora, foi chamado o *Apóstolo das Índias*.

Foi em 1557 que, pelos serviços prestados à China contra piratas malaio, foi autorizado, como recompensa, que os portugueses fundassem a colónia

de Macau, governada pelos portugueses até aos nossos dias (2000).

D. João III casou com D. Catarina, filha de Filipe I de Castela, a qual lhe deu nove filhos que foram morrendo quando crianças; a excepção coube ao príncipe D. João, que viveu até aos dezasseis anos e que, casado já, faleceu também de morte natural em 1554, antes de lhe nascer o filho que se chamou D. Sebastião, que veio a herdar o trono.

D João III morreu em Lisboa, em Junho de 1557, com 55 anos de idade.

bibRIA

## D. SEBASTIÃO

Este rei nasceu em 1554, filho do príncipe D. João e foi muito querido pelas consideradas boas qualidades que possuía. Teve o cognome de o Desejado pela ânsia com que o povo esperava o seu nascimento, pedindo a Deus que lhe desse um varão que pudesse vir a ser herdeiro da Coroa Portuguesa.



D. Catarina, sua avó, após a morte de D. João III e perante a menoridade de D. Sebastião, ficou regente do reino; mas, por intrigas que circulavam na Corte, entregou, em 1562, ao Cardinal D. Henrique, tio-avô do rei, a regência do reino, que ele exerceu até à maioridade de seu sobrinho.

Foi durante a regência de D. Catarina que D. Constantino de Bragança conquistou, na Índia, a praça de Damão.

Como exemplos de heroicidade, devemos considerar Álvaro de Carvalho que, em 1562, se notabilizou na defesa de Mazagão, em África. Na Índia, em 1570, D. Luís de Ataíde celebrou-se na defesa das praças de Goa, Chaul e Chale.

No território brasileiro, continuava o desenvolvimento e Mem de Sá, irmão de Sá de Miranda, fundou a cidade do Rio de Janeiro, que viria a ser a capital do Brasil.

Em 1559, por impulso do Cardinal D. Henrique, o Colégio de Évora foi elevado à categoria de Universidade que só viria a acabar na época do Marquês de Pombal.

Pelo seu espírito de cruzada e tentando reatar o plano das conquistas no norte de África, o jovem rei D. Sebastião preparou uma expedição para ir em auxílio de Muley-Hamed, que tinha sido destronado por Muley-Moluk, seu sobrinho. Nos campos de Alcácer-Kibir, em 1574, o nosso exército foi completamente desbaratado, morrendo também D. Sebastião que, na batalha, utilizou a espada do nosso primeiro rei, D. Afonso Henriques.

No reinado de D. Sebastião viveram homens, portugueses do mais alto valor intelectual, humanístico, literário, espiritual, etc. São dignos de registo Luís Vaz de Camões, o maior poeta lírico e épico português, António Ferreira, autor da única tragédia clássica portuguesa, Fernão Mendes Pinto, autor de uma obra específica que introduz o exotismo oriental na Literatura Portuguesa, a



"Peregrinação", Frei Bartolomeu dos Mártires que foi a *avis rara* do Concílio de Trento e muitos outros que também foram célebres.

*Si vera est fama*, as ossadas do rei D. Sebastião repousam no Mosteiro dos Jerónimos.



100.º Aniversário da morte de frei Bartolomeu dos Mártires

bibRIA

## D. HENRIQUE

A derrocada de Alcácer-Quibir lançou o País e todo o povo português na maior das angústias a todos os níveis e, principalmente, sob o ponto de vista político.

Tendo morrido D. Sebastião sem deixar sucessor, foi aclamado rei seu tio-avô, o Cardinal D. Henrique, de quem, já velho, não havia muito a esperar. Foi cognominado o Casto por respeito absoluto aos seus votos religiosos.

Logo a seguir à sua aclamação, apareceram vários pretendentes ao trono, como D. Catarina, duquesa de Bragança, D. António, Prior do Crato, Filipe II de Espanha e outros. Ora, quem apresentava melhores condições de sucessão era D. Catarina, mas o povo inclinava-se mais para a escolha de D. António.

O Cardinal D. Henrique, que seria mais propenso à sucessão de D. Catarina, não teve coragem de a nomear, quando as Cortes de Lisboa insistiram na escolha de um sucessor. Além disso, fora pressionado por Cristóvão de Moura a favor do rei de Castela.

Tendo convocado as Cortes para Almeirim, aí se procurara insistir na escolha de Filipe II de Castela. Mas a oposição a um rei estrangeiro fez-se notar através da voz de Febo Moniz, procurador de Lisboa, e as Cortes terminaram sem o problema ficar decidido. Verificava-se um certo paralelismo com a crise da independência de 1383-1385. Todavia, nem as condições sócio-políticas eram as mesmas nem os intervenientes mantinham as mesmas virtualidades heroicas e políticas de então.

D. Henrique faleceu em Janeiro de 1580 mas, pouco antes deste acontecimento, teve ainda ocasião de nomear uma Junta de cinco governadores para a administração do reino, após a sua morte: eram eles D. João Telo de Meneses, D. João de Mascarenhas, Francisco de Sá de Meneses, o arcebispo de Lisboa D. Jorge de Almeida e Diogo Lopes de Sousa.

Surgiu, mais uma vez, um certo espaço de tempo sem rei. A Junta dos Governadores nada fez em prol do País, até porque a maior parte dos que a constituíam estava ao lado das pretensões do rei de Castela.

Entretanto, somente o Prior do Crato, D. António, tendo sido aclamado rei pelo povo que se lhe afeiçoara, em Santarém, apareceu como opositor a essa orientação política, conseguindo reunir um exército.

Filipe II de Espanha arvorou o Duque de Alba em comandante de um poderoso exército que entrou em Portugal pelo Alentejo. Os dois exércitos encontraram-se junto da Ponte de Alcântara, em Agosto de 1580, e as tropas portuguesas foram derrotadas.

O Prior do Crato teve que se salvar, saindo do País para França, onde viria a falecer.

Portugal perdeu a independência, o que deu origem a uma nova e terceira dinastia, conhecida por Filipina.

# bibRIA

## QUADRO CRONOLÓGICO DOS REIS DA 2ª DINASTIA, CHAMADA DE AVIZ

<b>Nomes</b>	<b>Cognome</b>	<b>Datas</b>
D. João I	De Boa Memória	Viveu de 1357 a 1433; Reinou de 1385 a 1433.
D. Duarte	O Eloquentes	Viveu de 1391 a 1438; Reinou de 1433 a 1438.
D. Afonso V	O Africano	Viveu de 1432 a 1481; Reinou de 1438 a 1481.
D. João II	O Príncipe Perfeito	Viveu de 1455 a 1495; Reinou de 1481 a 1495.
D. Manuel I	O Venturoso	Viveu de 1469 a 1521; Reinou de 1495 a 1521.
D. João III	O Piedoso	Viveu de 1502 a 1557; Reinou de 1521 a 1557.
D. Sebastião	O Desejado	Viveu de 1554 a 1578; Reinou de 1557 a 1578.
Cardial D. Henrique	O Casto	Viveu de 1512 a 1580; Reinou de 1578 a 1580.

## FILIFE I

Tendo D. António, Prior do Crato e o seu exército perdido a batalha de Alcântara, Filipe II de Espanha, usando de certa prudência para atingir as suas intenções, entrou em Portugal, como Filipe I, reuniu as Cortes de Tomar, em 1581, foi aí reconhecido como rei, a quem foi atribuído o cognome de Prudente. Durante a reunião das Cortes, tudo prometeu de bom para o nosso País, segundo os nossos usos e costumes, afirmando cumprir as leis e as liberdades do povo português, respeitando a nossa língua e reafirmando que o nosso Império seria defendido e respeitado. Se bem prometeu, melhor faltou ao que prometera.

Entretanto, D. António, Prior do Crato, ainda não se tinha dado por vencido e, pedindo auxílio à França e à Inglaterra, deslocou-se para a Ilha Terceira, onde se prolongara a resistência por seguir o partido de D. António. Este, enfim, acabou por se render em 1583, regressando a França, onde veio a falecer.

Filipe I, não contente com a atitude da Inglaterra de que tinha recebido algumas afrontas, organizou uma poderosa armada, formada de navios espanhóis e portugueses – a *invencível armada* – que, saindo do porto de Lisboa em 1588, foi na maior parte destruída por uma tempestade e os navios restantes aniquilados pela esquadra inglesa. Foi um autêntico fracasso esta tentativa bélica de Filipe I.

O povo português ainda não tinha acreditado na morte e no desaparecimento do seu rei, D. Sebastião, na batalha de Alcácer-Quibir. Criou-se, então, o movimento histórico e autonomista, baseado na crença de que o seu jovem rei ainda estava vivo e que devia regressar numa manhã de nevoeiro. Era a crença do Sebastianismo que, alimentando a esperança do povo, viria a entrar nas actividades literárias posteriores.

Na verdade, aproveitando este movimento e estas ideias populares, houve quatro indivíduos que entraram na aventura de se fazerem passar por D. Sebastião, mas, tendo sido descoberto o ludíbrio a que se propunham, acabaram por ser presos, julgados e executados.

Reis	Reinado	Reinado

## FILIPE II

Com uma governação desastrosa para Portugal, tudo se encontrava dentro de uma linha política definida, tendente a reduzir o nosso País a uma simples província de Espanha. Os vexames contra Portugal e o seu povo, o desprezo pelos nossos interesses e pelas nossas leis, o abandono dos territórios e das nossas praças ultramarinas – ameaçados, atacados e assaltados pela Inglaterra e pela Holanda, que se apossaram de muitos deles por serem inimigos da Espanha – tudo isso era um balanço negativo para a grandeza de Portugal. Só na Ásia, André Furtado de Mendonça se notabilizou na defesa de Malaca, tornando-se um inimigo terrível para os holandeses.

Para minorar o descontentamento dos portugueses que não aceitavam de bom grado o descalabro constante do País, Filipe II mandou imprimir, em 1603, um outro conjunto de leis que foi designado por Ordenações Filipinas. Este rei criou também o Tribunal da Relação do Porto.

Foi nomeado primeiro governador de Portugal, ao serviço do rei de Espanha, um português traidor à sua pátria e aos seus compatriotas, chamado Cristóvão de Moura.

Apesar de ter o cognome de Pio, só o foi pela sua inclinação e educação religiosas e ainda por ter fundado vários conventos, dotando-os de muitas riquezas.

Filipe II reinou de 1598 a 1621; durante os 23 anos da sua governação, o povo português continuou cada vez mais descontente e mais oprimido.

### **FILIFE III**

Filipe IV de Espanha foi, de todos os reis espanhóis que dominaram Portugal, aquele que mais oprimiu e vexou os portugueses, tirando-lhes as poucas regalias de que ainda desfrutavam. A sua intenção, que fazia parte de um velho plano, era reduzir o nosso País à sua mais baixa expressão, de modo a poder vir a ser considerado como uma mísera província do seu reino. Actuava, nesse sentido, o Conde-Duque de Olivares, que era o seu primeiro ministro.

Os impostos aumentavam cada vez mais, a nossa agricultura e a nossa indústria foram abandonadas e os portugueses válidos foram recrutados para servirem nas guerras da Flandres e da Catalunha. A ruína do País era evidente.

Filipe III foi cognominado o Grande pelos seus apaniguados, devido às movimentadas guerras que sustentou contra outras nações e pela grandeza e riqueza da sua corte. Tudo isso, porém, não condizia com o título que lhe deram, pois o sucesso das suas actividades bélicas foi diminuto ou negativo. Por outro lado, em virtude de tudo quanto fez para a nossa derrocada, os portugueses preferiram atribuir-lhe o título de Opressor.

Olhando às nossas possessões do ultramar, tudo corria da pior maneira: em 1622, os ingleses e os persas, unidos contra nós no hemisfério oriental, tomaram Ormuz; em 1624, em território brasileiro, os holandeses ocuparam a Baía, a que veio a seguir-se o Pernambuco em 1630 e o Recife. Na África, Arzila, Angola e S. Tomé e também Mombaça na costa oriental; e ainda na Ásia, as Molucas em cuja defesa se distinguiu André de Mendonça, e muitas outras praças.

Com Portugal a ficar reduzido cada vez mais à sua expressão mais simples do território, os portugueses sentiam-se cada vez mais exaltados e revoltados contra todo o tipo de opressão que estavam a suportar.

Começava a germinar, com vigor, a semente da liberdade. A célebre revolta do Manuelinho, em Évora, em 1637, primeira tentativa a preparar o grande movimento revolucionário posterior, serviu como ensaio, mas veio a ser dolorosamente sufocada em sangue.

Os portugueses aspiravam à liberdade, sacudindo de vez esta dominação insuportável, encontrando um novo rei que os governasse com justiça, que lhes desse esperança e que os protegesse.

Foram 40 os fidalgos conjurados, que se reuniram no palácio do velho D. Antão de Almada, a organizar o projecto da revolução e da tomada do poder. Foi assim que, na manhã do dia 1º de Dezembro de 1640, os fidalgos portugueses, tendo como chefe o Dr. João Pinto Ribeiro, entraram no Paço da Ribeira, prenderam a Duquesa de Mântua e mataram o traidor Miguel de Vasconcelos. Da varanda, proclamaram rei de Portugal D. João, 8º Duque de Bragança, com o nome de D. João IV.

Ao fim de 60 anos de dominação espanhola e de muitos martírios e sacrifícios, Portugal era de novo uma nação livre, começando então a quarta dinastia, chamada Brigantina ou de Bragança.

Tornaram-se célebres três senhoras no desenrolar dos acontecimentos da Revolução de 1640: uma foi D. Luísa de Gusmão, esposa de D. João, que, ao ter conhecimento do plano, o apoiou sem reservas; outra foi a Condessa de Atouguia, D. Filipa de Vilhena, que, ao armar cavaleiros os seus dois filhos, os exortou a darem o seu sangue pela independência da pátria; o mesmo aconteceu com D. Mariana de Lencastre e com os seus dois filhos.

Filipe III governou Portugal de 1621 a 1640.

bibRIA

## QUADRO CRONOLÓGICO DOS REIS DA 3ª DINASTIA, DITA FILIPINA

<b>Nomes</b>	<b>Cognome</b>	<b>Datas</b>
Filipe I	O Prudente	Viveu de 1527 a 1598; Governou Portugal de 1580 a 1598.
Filipe II	O Pio	Viveu de 1578 a 1621; Governou Portugal entre 1598 a 1621.
Filipe III	O Grande ou Opressor	Viveu de 1605 a 1665; Governou Portugal de 1621 a 1640.

bibRIA

## D. JOÃO IV



Com revolução dos conjurados de 1640, o oitavo Duque de Bragança terá anuído, com prudência reticente, ao convite que lhe foi feito para vir a ser o futuro rei. Todavia, após a aclamação feita à janela do Paço, não podia voltar atrás. E, para a confirmação da sua proclamação como rei D. João IV, em 1641, reuniram-se, em Lisboa, as Cortes, onde foram discutidas e aprovadas as medidas necessárias para a segurança e defesa do Estado, já que se esperava a guerra que a Espanha iria mover contra Portugal.

Foram então mandados embaixadores a França e a outros países da Europa, para se estabelecerem tratados de aliança, reconhecendo a nossa independência.

Entretanto, vários fidalgos portugueses, convencidos de que Portugal, na situação em que os Filipes o deixaram, não teria possibilidade de resistir às forças de Castela e ainda por alguns se julgarem com mais direitos à sucessão do que o Duque de Bragança, instigados pela Duquesa de Mântua, tramaram uma conspiração contra a vida do rei. Os principais conspiradores foram o Duque de Caminha, o Conde de Armamar e o Marquês de Vila Real, os quais foram julgados e condenados à morte. Outros intervenientes, com menos responsabilidade, ficaram condenados a prisão perpétua, mas a Duquesa de Mântua foi obrigada a sair do Reino.

Em 1647, porém, surgiu nova conspiração contra a vida do rei, de acordo com a qual, na procissão do dia do Corpo de Deus, Domingos Leite estava indicado para assassinar D. João IV. Frustrada a intenção por ter sido descoberta a conjuntura, Domingos Leite foi imediatamente preso e executado.

A Espanha não suportou, com facilidade, a independência deste território que julgava vir a ser uma sua nova província e, em 1644, começou por provocar pequenas escaramuças na fronteira. Eram as actividades bélicas preparatórias para a chamada Guerra da Restauração. Nesse mesmo ano, Matias de Albuquerque, à frente do exército português, entrou em Espanha e, perto de Badajóz, a 26 de Maio, travou a batalha do Montijo, em que os portugueses ficaram vencedores, causando graves perdas ao inimigo.

No reinado de D. João IV, foram reconquistadas muitas das nossas colónias: no norte de África, foi retomada a praça de Tânger. Angola e São Tomé foram reconquistadas por Salvador Correia de Sá aos holandeses. Pernambuco, Baía e Maranhão foram retomados aos holandeses no Brasil, sendo estes

obrigados a sair de todo o território, em 1654. Contudo, Ceuta, Malaca e Ceilão, este após uma resistência heroica, perderam-se para sempre.

O rei D. João IV, muito religioso e devotado à Virgem, escolheu-A como padroeira do Reino, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, colocando-lhe sobre a cabeça a coroa dos reis portugueses que, daí em diante, não mais a usaram, ficando Portugal sob a protecção da Imaculada Conceição de Maria. Além disso, decidiu que, na Universidade, não fosse concedido qualquer grau sem o juramento de se defender a Virgem.

D. João IV foi também músico compositor, de valor internacionalmente conhecido, através do seu *Adeste Fideles*.

Do seu tempo, ficaram célebres os escritores Francisco Rodrigues Lobo, D. Francisco Manuel de Melo, Frei Luís de Sousa e Padre António Vieira que foi missionário, diplomata e ilustríssimo vulto das letras portuguesas.

D. João IV viveu 52 anos e governou 16.

# bibRIA

# bibRIA

## **S. João de Brito (1647-1693)**

Nasceu em Lisboa, em 1 de Março de 1647 e veio a pertencer à Companhia de Jesus, onde se preparou para a missão.

Com 26 anos, em 1673, deslocou-se para a Índia, onde foi exercer a sua acção evangelizadora na missão do Maduré.

Tendo voltado a Portugal quinze anos depois, em 1688, pouco tempo ficou por cá, regressando às suas tarefas missionárias.

Quando se preocupava com a conversão de um príncipe do Malabar, foi martirizado em 4 de Fevereiro de 1693.

Em 18 de Maio de 1852, foi beatificado pelo Papa Pio IX e, em 22 de Junho de 1947, foi canonizado pelo Papa Pio XII, vindo, no mês seguinte, a ser declarado padroeiro das Missões Ultramarinas Portuguesas.



## D. AFONSO VI

Por morte de João IV, veio a suceder-lhe no trono o príncipe D. Afonso, por ter morrido D. Teodósio que seria o herdeiro.

À altura, D. Afonso tinha apenas treze anos de idade e, por isso, a regência do Reino foi confiada a sua mãe, mulher de grande tacto político e de educação esmerada, D. Filipa de Gusmão, que desempenhou o seu cargo de modo superior, administrando o País de 1656 a 1662.

Tendo tomado conta do poder, D. Afonso VI chamou para seu primeiro ministro o Conde de Castelo Melhor, estadista de grande envergadura, que reorganizou o exército.

A Espanha continuava a fazer esforços para ocupar Portugal, tentando impor o seu domínio. Continuava a Guerra da Restauração, mas, reorganizado o nosso exército e tendo à frente homens dotados de grande energia, saber e entusiasmo, como chefes experimentados, levou de vencida as tropas espanholas numa sucessão de batalhas que se vieram a travar.

Efectivamente, D. António de Meneses, Conde de Cantanhede, depois Marquês de Marialva e D. Sancho Manuel, Conde de Vila Flor, derrotaram o exército espanhol, comandado por D. Luís de Haro, em 1659, ainda no tempo da regência, na batalha de Linhas de Elvas; o Conde de Vila Flor e o general francês Schomberg venceram D. João de Áustria na batalha do Ameixial, em 1663; na batalha de Castelo Rodrigo, Pedro Jacques de Magalhães venceu o Duque de Ossuna, em 1664, ano em que também foi tomada Valência de Alcântara; de novo o Marquês de Marialva e o Conde Schomberg, em 1665, derrotaram o Marquês de Caracena em Montes Claros, batalha que, praticamente, pôs fim à Guerra da Restauração.

Com todos estes sucessos nas armas, D. Afonso VI foi cognominado o Vitorioso.

Com o casamento da Infanta D. Catarina, filha de D. João IV, com Carlos II da Inglaterra, foram dadas, em dote da Infanta, as cidades de Tânger e Bombaim e com a cláusula de ajuda em caso de guerra. Perderam-se também as fortalezas de Cochim e de Cananor.

Entretanto, o infante D. Pedro, em conluio com a rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, promoveu, planeou e dirigiu uma vergonhosa conspiração para depor o rei, a seu favor, vindo a casar com a própria rainha, sua cunhada.

D. Afonso VI foi deposto e o Conde de Castelo Melhor, seu ministro, foi demitido do cargo. Tomando conta da regência, D. Pedro mandou prender o irmão e exilou-o no castelo da Angra, onde permaneceu, desterrado, durante

cinco anos. Depois, veio transferido para o palácio de Sintra e, cativo, ali veio a morrer, em 1683.

Ainda durante a regência de D. Pedro, este, em 1668, assinou o tratado de paz com a Espanha, através do qual acabava a Guerra da Restauração, que já durava havia vinte e oito anos, e a Espanha reconhecia a independência de Portugal.

D. Pedro só tomou para si o título de rei – D. Pedro II – depois da morte de D. Afonso VI; e só casou com D. Francisca Isabel de Sabóia, após a anulação religiosa do seu casamento com D. Afonso VI.

bibRIA

## **D. PEDRO II**

D. Pedro governou como regente de 1667 a 1683. D. Afonso VI veio a morrer em 12 de Setembro de 1683, após quinze anos de cativo e com quarenta anos de idade. Durante a regência, o irmão de D. Afonso VI assinou o Tratado de Paz com a Espanha, pondo fim à Guerra da Restauração. Daqui lhe veio o cognome de o Pacifico.

D. Pedro II já tinha mostrado, entre nós, que era um rei ambicioso. Esta índole do rei explica o envolvimento na Guerra da Sucessão ao trono de Espanha, por morte de Carlos II.

Havia dois pretendentes ao trono: Filipe de Anjou, sob a protecção de Luís XIV de França, e o Arquiduque Carlos, filho do Imperador Leopoldo, aliado à Inglaterra, Holanda e Sabóia. D. Pedro II abraçou em primeiro lugar a causa de Filipe de Anjou, fazendo com ele um tratado em 1701. Poucos anos passados, atraído pela ambição, pôs-se ao lado do Arquiduque, dispondo-se a preparar tropas para entrarem em acção.

Em 1704, o Arquiduque de Áustria entrou em Lisboa e, acompanhado de D. Pedro e do seu exército, dirigiu-se para a fronteira entre Portugal e a Espanha, onde o exército franco-espanhol estava a causar prejuízos e humilhações. Para pôr cobro a tais desmandos, o exército português, comandado pelo Marquês das Minas, D. João de Sousa, ao qual se juntaram tropas inglesas e holandesas, entrou em Espanha, tomou todas as praças no seu caminho até Madrid, onde entrou, triunfante, a 28 de Junho de 1706, fazendo aclamar o Arquiduque Carlos, rei de Espanha.

A ambição de D. Pedro II em aumentar o território português com a cedência de algumas terras espanholas, foi ilusória e prejudicial.

Foi no seu reinado que o Conde de Ericeira, D. Luís de Meneses, nomeado vedor da Fazenda, procurou implementar, em Portugal, uma política de fomento, semelhante à de Colbert em França. Dentro desta linha, procurou desenvolver as indústrias nacionais, proibiu importações e mandou vir tecelões e operários especializados, com a intenção de diminuir grandes pagamentos ao estrangeiro.

Esta política permitiu o desenvolvimento das fábricas de têxteis da Covilhã, Fundão, Portalegre, etc, aperfeiçoando-se, cada vez mais, o fabrico dos lanifícios.

Na mesma época, foi também introduzida, entre nós, a cultura do bicho da seda e desenvolveu-se a indústria de curtumes.

Na orientação política de fomento e tentando corrigir certas deficiências

surgidas com os problemas da importação e da exportação de produtos, o rei de Portugal e o rei de Inglaterra estabeleceram um tratado comercial em que se estipulou que Portugal receberia os lanifícios da Inglaterra e este país os vinhos de Portugal. Foi o tratado negociado pelo inglês John Methwen, por isso chamado *Tratado de Methwen*, que trouxe para o nosso país algumas vantagens e muitas inconveniências.

Após a morte de D. Maria Francisca de Sabóia, que tinha sido mulher de seu irmão e com quem casou, pela primeira vez, D. Pedro II veio a contrair segundas núpcias com D. Maria Sofia Isabel de Neobourg.

Morreu com 58 anos de idade, em 1706.

bibRIA

## D. JOÃO V

Este rei ocupou o trono a 9 de Dezembro de 1706.

Em 1698, seu pai, D. Pedro II, reuniu as últimas cortes portuguesas.

D. João V governou o Reino com poder absoluto, decidindo que a vontade do rei era a suprema lei do Estado e, por isso, nunca convocou as Cortes.

Ao subir ao poder, D. João V viu-se envolvido na guerra de sucessão ao trono de Espanha, na sequência dos compromissos de seu pai. Sucessos pouco favoráveis acabaram por lançar o nosso exército na Batalha de Almanza, onde sofreu grande revés. Como consequência, houve a realização do Tratado de Utreque, na Holanda, sem qualquer vantagem para Portugal, mas reconhecendo os direitos de Filipe de Anjou, que foi aclamado rei de Espanha. Apesar disso, foi encarregado diplomático dessa negociação D. Luís da Cunha que se manteve habilmente na defesa dos interesses nacionais.

O Papa Clemente XI, temendo a ameaça feita à Itália pelos turcos, pediu auxílio a Portugal e a outras nações cristãs. D. João V enviou uma armada poderosa sob o comando do Conde de Rio Grande, a qual, em conjunto com outras, infligiram uma pesada derrota aos inimigos, em 1717, na batalha do Cabo de Matapan. O rei português achou-se então em condições de fazer exigências ao Papa mas, não sendo atendido, cometeu alguns erros para com o Vaticano.

Todavia, posteriormente, o Papa Benedito XIV veio a atribuir a D. João V o título de Fidelíssimo e elevou a Sé de Lisboa à categoria de Sé Patriarcal, embora, para isso, tenha concedido à Santa Sé muitos milhares de cruzados.

Como consequência das actividades dos aventureiros que, nos territórios brasileiros, avançaram para o interior em busca de índios e de metais preciosos, foram descobertas minas de ouro e de diamantes, cuja exploração e bons resultados vieram a ter influência nas intenções e nas decisões do próprio rei.

A partir dessas riquezas, D. João V tornou-se um rei megalómano quanto aos projectos das suas construções, atribuindo grandes quantidades de dinheiro para esse fim, pelo que recebeu o título de Magnânimo. Sobressaem entre essas obras o enorme e magnífico Convento de Mafra, a formosíssima Capela de São João Baptista na Igreja de São Roque, a Casa da Moeda, a Basílica Patriarcal de Lisboa, o Paço de Vendas Novas, subsidiando também a construção do conhecido Aqueduto das Águas Livres, notável obra de engenharia hidráulica que demorou sessenta e seis anos a construir e se destinava a abastecer de água a população da cidade de Lisboa; como se

tratava de uma obra de grande envergadura e de utilidade pública imediata, foi lançado um novo imposto pela Câmara de Lisboa, chamado o *imposto real de água*.

Além disso, a ele se deve também a criação da Academia Real da História Portuguesa, a Academia de Portugal em Roma e a Biblioteca da Universidade de Coimbra, onde impera a imagem da sua figura, dando-lhe o nome de Biblioteca Joanina.

Promoveu e subsidiou a publicação de obras notáveis, como a "História Genealógica da Casa Real" de D. António Caetano de Sousa, o "Vocabulário" de Bluteau, a "Biblioteca Lusitana" de Barbosa Machado e ainda a elaboração da Real Biblioteca e da Biblioteca do Convento de Mafra.

No juízo que se pode fazer do rei Magnânimo, há sempre que estabelecer a distinção entre o exagero e a prudência, entre o inútil e o eficaz, para bem do povo português e da ciência em Portugal.

# bibRIA

## D. JOSÉ I

Ao morrer em Julho de 1750, com 60 anos de idade, D. João V deixou, como sucessor, D. José I, que também foi chamado Fidelíssimo, título que fora concedido pelo Papa Benedicto XIV a seu pai e a seus sucessores. Contudo, foi cognominado de o Reformador, pelas grandes reformas que se operaram no seu reinado.



Subindo ao trono, chamou a si, como primeiro ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, que já havia dado provas de grande diplomata, em Londres e em Viena de Áustria. Em 1759, é-lhe conferido o título de Conde de Oeiras e, em 1770, o de Marquês de Pombal.

Entretanto, um gravíssimo acontecimento natural abalou a cidade de Lisboa; foi o terramoto de 1755, que arrasou grande parte da cidade, causando milhares de vítimas. Sebastião José de Carvalho mais uma vez deu provas não só de grande estadista como de organizador, pondo em execução medidas adequadas para auxiliar e salvar a vida dos sobreviventes à catástrofe. A parte da cidade arrasada foi reconstruída de acordo com um novo e mais moderno projecto da autoria do arquitecto Eugénio dos Santos.

Mas a nobreza de Portugal vivia descontente pelo modo despótico e enérgico como era tratada pelo ministro do rei e terá preparado uma conspiração para assassinar D. José, procurando libertar-se, assim, do déspota que tinham de suportar. Os nobres, ao efectuarem o atentado que somente feriu o rei no braço (1758), deram dessa maneira azo ao prepotente ministro para que pudesse aniquilar as suas intenções. Deste modo, alguns nobres, tidos como culpados, foram julgados e cruelmente executados em 1759, envolvendo criminosos e inocentes. A realização desta bárbara sentença com requintes de selvajaria, ultrapassou todas as raiais do bom senso humano e político; por isso, o povo dizia que o ministro todo poderoso de D. José tinha *pêlos* mas não *penas* no coração. Foram executados, em Belém, o Duque de Aveiro, o Marquês e a Marquesa de Távora e os seus dois filhos, o Conde de Atouguia, D. Jerónimo de Ataíde, e outros mais.

Dentro dos planos político-sociais de Sebastião de Carvalho, se a nobreza tinha sido abatida de modo singular, era preciso aniquilar a acção de outro grande inimigo seu – a Companhia de Jesus. Ainda que nunca o pudesse provar, acusou os jesuítas de terem sido os instigadores da conspiração contra o rei, ordenando a sua expulsão do País e tendo-lhes confiscado todos os bens.

Todavia, o Marquês de Pombal revelou grande tacto administrativo e promoveu reformas importantes, aos mais variados níveis de interesse nacional.

A nível da instrução, criou o Colégio dos Nobres; a Aula do Comércio; reformou a Universidade de Coimbra, acrescentando-lhe as duas novas faculdades de Filosofia e de Matemática; criou ainda a Imprensa Nacional de Lisboa e a Real Mesa Censória; promoveu a organização da instrução primária e secundária, etc.



Adoptou medidas para protecção à agricultura desenvolvendo a cultura de cereais, mandou arrancar vinhas de vários campos impróprios para esta produção, ao mesmo tempo que promovia a cultura do trigo. Criou a Companhia dos Vinhos do Alto Douro e a Companhia do Grão-Pará e Maranhão. Protegeu as indústrias de seda, lã, papel e vidros, reformando algumas fábricas já existentes e mandando construir outras. Para facilitar as transacções e os contactos, mandou abrir muitas estradas.

Preocupou-se com a reorganização do exército, mandando vir para Portugal um experimentado oficial alemão, o Conde de Lipe; foram fortificadas ou reconstruídas fortificações dentro de novo esquema de defesa, em algumas praças. Foi também remodelada a armada e a frota mercante com o acrescentamento de novos navios.

Entre a França e a Inglaterra, em 1756, surgiu mais uma guerra, a chamada Guerra dos Sete Anos. A França, aludindo ao Pacto de Família a que ficaram ligados os descendentes da família dos Bourbons, reclamou o nosso auxílio contra o poder marítimo da Inglaterra.

Baseado na antiga aliança com a Grã-Bretanha, Portugal negou-se a prestar socorro. Por isso mesmo, o exército francês, juntamente com o espanhol, invadiram o norte de Portugal, por Trás-os-Montes, em 1762, mas as tropas portuguesas, comandadas pelo Conde de Lipe, rechaçaram os exércitos invasores, obrigando-os a sair do nosso território. Em 1763, fez-se o Tratado de Paris, onde foi assinada a paz.

No reinado de D. José I, houve alguns acontecimentos verdadeiramente notáveis. Assim, acabou a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos. Outro facto importante para salvaguardar a humanidade foi a *abolição da escravatura na Metrópole*; do mesmo modo, os índios do Brasil passaram a ser pessoas consideradas livres.

Ainda em vida de D. José I, foi erigida em Lisboa, na Praça do Comércio, a célebre estátua equestre do rei que foi inaugurada em Junho de 1775, da

concepção do reconhecidíssimo escultor português Joaquim Machado de Castro.

D. José I veio a falecer em 24 de Fevereiro de 1777, mantendo o trono mais ou menos durante 27 anos. Mas o povo entendeu bem que as rédeas do governo estiveram sempre nas mãos do Marquês de Pombal e, por isso, dizia, utilizando uma metátese significativa, que foi bem aproveitada por Rebelo da Silva: Enquanto o Marquês de Pombal estava no *trono*, D. José I estava no *torno*.



# bibRIA

## D. MARIA I (et Petrus III)

Ao morrer D. José I, em 1777, sucedeu-lhe sua filha com o nome de D. Maria I. Deram-lhe o título de Piedosa pelo seu carácter extremamente caridoso e pela sua inclinação religiosa.



Ao subir ao trono, uma das suas primeiras decisões consistiu em demitir o Marquês de Pombal, primeiro ministro e valido prepotente de seu pai. Mandou levantar-lhe um processo pelo qual veio a ser condenado; apesar disso, a Rainha perdoou-lhe algumas punições, mas desterrou-o para longe da Corte; anulou muitas decisões anteriores e mandou dar a liberdade aos presos políticos.

O Marquês de Pombal passou então o fim da sua vida em Pombal, onde veio a morrer em 1782.

D. Maria I mandou rever o processo de todos aqueles que se julgou serem intervenientes no atentado contra D. José; todos os Távoras foram considerados sem culpa e todas as pessoas que estavam presas inocentes foram restituídas à liberdade.

D. Maria I teve o cuidado de chamar a si alguns cooperadores de vulto, como o Duque de Lafões e o Abade Correia da Serra, cujas obras de carácter científico tiveram nome internacionalmente, particularmente dedicadas às ciências naturais, de modo especial à área da Botânica.

Ficou a dever-se-lhe, também, um grande impulso cultural ligado ao desenvolvimento da instrução. Fundou a Academia Real das Ciências, a Academia Real da Marinha, a Academia Real da Fortificação, Artilharia e Desenho, fundou a Biblioteca Nacional e outras Bibliotecas públicas e ainda a Real Casa Pia de Lisboa pelo esforço do Intendente-geral da Polícia, Pina Manique, que mandou iluminar a cidade de Lisboa.

Foi também durante o seu reinado que se construiu a Basílica da Estrela, dedicada ao Santíssimo Coração de Jesus, acabou a construção da Igreja da Memória, em Belém, e deu início às obras do Teatro de São Carlos.

Tendo vivido, em relativamente pouco tempo, vários momentos dolorosos— a morte da mãe, do marido, D. Pedro III, e do filho D. José, que lhe sucederia,— tendo conhecimento das violências da Revolução Francesa com o assassínio do rei e da rainha de França, Luís XVI e Maria Antonieta, tudo isso abalou o espírito da nossa rainha e lhe causou forte quebra da saúde, tendo passado a sofrer de doença mental com a perda da própria razão, em 1792. Desde esta data até 1799, foi o filho D. João quem governou o Reino, em nome da mãe.

Mediante as perturbações políticas em França e pelas grandes atrocidades que se cometeram, muitas nações da Europa revoltaram-se contra esse país, particularmente a Inglaterra, mais interessada nesse conflito. Portugal e a Espanha também entraram nessas operações bélicas e, invadindo a França em 1793, cooperaram na Campanha do Roussillon. Em 1795, todavia, a Espanha e a França resolveram estabelecer a paz pelo Tratado de Basileia, sem ouvir Portugal nem o ter consultado.

Portugal, fiel aos seus antigos compromissos, manteve-se ao lado da Inglaterra e as armadas destes dois países travaram a batalha naval de Aboukir, que foi desastrosa para a França. Como vingança, a França, já governada por Napoleón Bonaparte, juntamente com as tropas espanholas, entraram em Portugal, em 1801, pela fronteira do Alentejo e ocuparam a praça de Olivença, que nunca mais nos foi restituída.

Entretanto, Napoleão, general francês de grande prestígio, resolveu decretar, em 1807, o chamado Bloqueio Continental, pelo qual, todas as nações da Europa deviam fechar os portos à armada inglesa, prender os ingleses residentes e confiscar-lhes os bens. Não tendo Portugal anuído às determinações francesas, a França e a Espanha assinaram o Tratado de Fontainebleau (1807) que se propunha riscar Portugal do mapa europeu, ficando dividido em três partes: uma para o Príncipe da Paz, ministro espanhol, outra para a rainha da Etrúria, filha do rei de Espanha, e o restante para o Imperador francês.

Como todos os passos dados pelo governo português para se evitar a guerra tivessem sido baldados, Napoleão, para dar cumprimento ao Tratado de Fontainebleau, ordenou a primeira invasão de Portugal em 1807, com um grande exército, comandado por Junot, que avançou no nosso território sem resistência. Porém, as atitudes de violências e de roubos fizeram surgir a revolta.

A Inglaterra enviou, como auxílio, um exército comandado por Artur Wellesley, depois Duque de Wellington, o qual, juntamente com as nossas forças, derrotaram os franceses nas batalhas de Roliça e de Vimeiro. Em Agosto de 1808, foi assinada a Convenção de Sintra, pela qual Junot e as suas tropas foram obrigados a sair de Portugal, com armas e bagagens. Tendo sido negociada a paz pelo general inglês Wew Dalrymple e sem ouvir a opinião portuguesa, a negociação foi desastrosa para nós porque os franceses abandonaram Portugal com todas as riquezas que saquearam por toda a parte no País, em cujas obras de arte de pedra praticaram autênticos vandalismos e fizeram muitos roubos.

O imperador francês, não se conformando com o fracasso de Junot,

determinou a organização de um novo exército que, sob o comando do general Soult, entrou em Portugal em 1809, por Trás-os-Montes, tomou Chaves, Braga e dominou a cidade do Porto. A população da cidade, procurando fugir às tropas francesas, tentou, atropeladamente, a passagem do Douro através da *ponte das barcas* que, não suportando o grande peso, abateu, morrendo afogados milhares de pessoas. Foi o chamado *desastre da ponte das barcas*.

As tropas anglo-lusas, comandadas por Wellesley atacaram as francesas de Soult que, não podendo resistir, abandonaram o país desordenadamente.

Napoleão ainda não ficou convencido com todos os desastres que sofreu. Preparou, então, um poderosíssimo exército constituído pelas suas melhores tropas que, comandadas por Massena, o Filho querido da Vitória, invadiram pela terceira vez Portugal, em Agosto de 1810, por Almeida e dirigiram-se ao Buçaco onde Wellington o esperava com o seu exército. Os franceses foram aí completamente desbaratados. Massena, com alguma da sua gente, ainda procurou avançar sobre Lisboa, mas, nas Linhas de Torres Vedras, sofreu nova derrota.

O exército anglo-luso aliado agora ao espanhol perseguiram Massena e entraram na própria França. Tinha terminado a tentativa de domínio francês na Península. A este conjunto de acontecimentos bélicos deu-se o nome de Guerra Peninsular.

Em Março de 1816, D. Maria I morreu na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, para onde a Corte se tinha transferido. O seu corpo veio para Portugal e jaz na Basílica da Estrela que ela mandara construir.

Sucedeu-lhe D. João, que já governava o País como regente, durante a incapacidade de sua mãe.

## D. JOÃO VI

D. João VI foi cognominado o Clemente pela sua índole bondosa e por se ter mostrado algo indulgente.

Como regente, após a incapacidade de D. Maria I, a rainha sua mãe, teve de tomar várias atitudes e decisões que se tornaram imperativas; ainda que sem atribuições definidas e pouco cuidadoso com os interesses públicos, o Regente D. João foi fazendo o que pôde e o que lhe permitiram as circunstâncias envolventes.

Na verdade, com receio de tudo o que poderia acontecer com a ameaça das invasões francesas aos elementos da Corte e a outros, de certo modo D. João abandonou o País, transferiu a Corte para o Brasil, deixando Portugal e o seu povo à mercê dos acontecimentos.

Entretanto, D. João, no Rio de Janeiro, foi proclamado Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve.

Em Portugal, durante a turvação política causada pela Guerra Peninsular, governava o Reino o marechal inglês Beresford e, não agradando a muitos portugueses, estes lhe vieram preparando um ambiente de oposição.

Em 1817, todos os que tinham aceiteado as ideias liberais vindas da França, impuseram-se contra a governação tradicionalista de Beresford. Tendo sido descoberta a conspiração contra o ideal absolutista, os chefes foram presos e executados. O grande responsável, General Gomes Freire de Andrade, militar prestigiado que pertenceu à Legião de Honra, foi enforcado no Forte de S. Julião da Barra e outros intervenientes mais directos também foram mortos em Lisboa, no Campo de Santa Ana.

Apesar da rigidez com que foram punidos os revolucionários de 1817, o fermento da rebelião, assente nas novas ideias, continuava a fazer denegrir a família real, o governo e os ingleses que provocavam a miséria do povo português e a ruína do erário público. E foi assim que, no Porto, eclodiu uma outra revolução, orientada por Manuel Fernandes Tomás, José da Silva Carvalho, José Ferreira Borges e outros, a qual saiu triunfante.

Criada a Junta Provisória do Governo Supremo do Reino, depois de ter sido demitida a Junta Governativa, aquela promoveu a convocação das Cortes Gerais em nome do rei, para se elaborar a Constituição, promulgada em Setembro de 1822, tendo sido jurada pelo rei que, entretanto, tinha vindo do Brasil.

Ao deslocar-se para Portugal, D. João VI deixou o filho mais velho, D.



Pedro, a governar o Brasil. Descontentes com a deslocação da Corte para Portugal e de acordo com D. Pedro, os habitantes do Brasil, em 1822, proclamaram a completa independência deste território com o célebre grito nas margens do Ipiranga, sendo D. Pedro, depois, aclamado Imperador. A independência da colónia foi reconhecida por D. João VI, em 15 de Novembro de 1825.

D. Miguel, filho segundo de D. João VI, com o apoio da mãe, D. Carlota Joaquina, opôs-se abertamente ao regime liberal e, em 1823, comandando um regimento de infantaria e um esquadrão de cavalaria, procurou defender o absolutismo, fazendo rebentar em Vila Franca de Xira uma revolução contra o governo estabelecido.

D. João VI acabou por aderir ao movimento, demitiu o governo e, prometendo uma nova Constituição, elevou D. Miguel a comandante-chefe dos exércitos. Foi o que veio a chamar-se a Vilafrancada.

Em Abril de 1824, D. Miguel apresentou-se no Rocio à frente dos regimentos, com a intenção de levar por diante as suas intenções, uma vez que o rei não permitiu nem favoreceu resultados positivos; cometendo alguns actos de acordo com os seus intentos, procurou cercar o Palácio Real.

D. João VI, retirando-se para bordo do navio Inglês Windsor-Castle, mandou vir D. Miguel à sua presença, demitiu-o das suas funções de chefe, pelo que ele abandonou o País depois de fracassada a sua causa.

Estes últimos acontecimentos ficaram a ser reconhecidos por Abrilada.

Mas foi a partir do fim do reinado de D. João VI que passou a vigorar em Portugal o regime constitucionalista.

## **D. PEDRO IV**

Em 12 de Outubro de 1798, no Palácio de Queluz, nasceu o filho de D. João VI e de D. Carlota Joaquina, aquele que viria a ser o primeiro Imperador do Brasil e, depois, o rei D. Pedro IV de Portugal, reconhecido como legítimo sucessor pelo Conselho de Regência.



Pela sua valentia e pela sua intrepidez no desenrolar das lutas no campo de batalha, foi cognominado o Rei Soldado, mas, pela sua defesa dos ideais liberais, procurando triunfar do absolutismo, como regime tradicional, foi chamado o Libertador.

A Infanta D. Isabel Maria foi nomeada regente de Portugal por D. João VI, pouco antes de falecer, até ao regresso do Brasil de D. Pedro. Como não pudesse vir imediatamente para Portugal, encarregou a irmã de governar o Reino, confirmando a decisão de seu pai.

Em 1826, D. Pedro outorgou e fez jurar, no mesmo ano, a Carta Constitucional. Imperador do Brasil, não podendo nem devendo ocupar as funções de rei de Portugal, abdicou em D. Maria da Glória, sua filha, o que só deveria verificar-se quando ela alcançasse a maioridade. Outrossim, que D. Maria da Glória deveria vir a casar com o tio D. Miguel, que este deveria jurar também a Carta Constitucional e que o mesmo governaria o Reino como regente.

D. Miguel, a viver então fora do País, em Viena de Áustria, para onde tinha sido exilado por seu pai, voltou a Portugal, jurou a Carta Constitucional e tomou conta do País, como regente, em 1828.

## D. MIGUEL I

Logo que tomou conta do poder, D. Miguel dissolveu o parlamento, em 1828, e convocou as Cortes segundo o regime antigo. Verificando-se a restauração do velho regime, as Cortes aclamaram D. Miguel como rei absoluto.

As decisões de D. Miguel, defensor do absolutismo, lançaram o País na guerra civil, porque as resoluções tomadas não agradaram aos liberais. Tendo surgido a revolta em várias povoações, foi imediatamente dominada. O que aconteceu com o levantamento revoltoso da guarnição militar do Porto, o qual foi sufocado pelas tropas miguelistas do general Póvoas. Os liberais e os seus sequazes tiveram que fugir para Espanha e daqui para França e para Inglaterra.

D. Miguel ficou a governar todo o território português menos a Ilha Terceira, nos Açores, leal a D. Maria da Glória. Ora, nesta ilha, encontravam-se muitos liberais que, obrigados a sair do País, ali se reuniram, vindo da França e da Inglaterra. O Conde de Vila Flor tomou nas suas mãos o governo da Ilha e o comando das tropas aí organizadas.

D. Miguel procurou dominar os constitucionais, enviando uma armada que veio a ser derrotada na batalha de Vila da Praia.

Entretanto, D. Pedro, abdicando da Coroa do Brasil em favor de seu filho, veio à Europa e, com os portugueses exilados em França e na Inglaterra, organizou um exército com que, em 1832, foi juntar-se aos seus partidários na Ilha Terceira.

Dos Açores, chefiando uma expedição de 7500 homens, veio desembarcar na praia do Mindelo, próximo do Porto, e entrou na cidade, que veio a suportar um prolongado cerco pelos absolutistas.

Sendo já desesperada a situação dos liberais sitiados, saiu do Porto, por mar, uma esquadra comandada pelo Conde de Vila Flor, depois Duque de Terceira, que se dirigiu às praias do sul do País, em 1833. Avançando para norte, a caminho de Lisboa, tomou várias povoações, derrotou os realistas perto do Cabo de São Vicente e conseguiu entrar na capital, provocando a fuga das tropas miguelistas, comandadas por Teles Jordão.

D. Miguel e os seus sequazes tiveram a noção do perigo que estavam correndo a sul do País. Levantaram então o cerco do Porto para correrem a salvar Lisboa para a sua causa.

Também as tropas cercadas no Porto marcharam em sua perseguição, prolongou-se a luta, mas as vitórias de Sá da Bandeira, a do marechal Saldanha

em Almoester, em 1834, e a do Duque da Terceira, em Asseiceira, que foi decisiva na luta entre os dois irmãos, revelaram-se a favor de D. Pedro.

A guerra civil foi muito desfavorável a D. Miguel, que se reconheceu vencido e teve de assinar, em 1834, a célebre Convenção de Évora-Monte, cujas cláusulas o obrigavam não só a depor as armas como a sair de Portugal. Retirou-se para a Áustria, onde faleceu sem nunca mais voltar à sua Pátria.

Assinada a paz, D. Pedro restabeleceu a Carta Constitucional e repôs no trono sua filha D. Maria da Glória, com o nome de D. Maria II.

D. Pedro, regente até à maioridade da nova rainha, assumiu o decreto do ministro Joaquim António de Aguiar para a extinção das Ordens Religiosas em todo o território nacional.

Na complexidade das lutas civis entre D. Pedro e D. Miguel e na defesa dos seus ideários, tornaram-se célebres alguns vultos importantes da história da Cultura Portuguesa. Entre eles, citamos Alexandre Herculano, romancista, poeta, historiador; Almeida Garrett, romancista, poeta, dramaturgo; José Estêvão, grande orador parlamentar; António Feliciano de Castilho, prosador, poeta e pedagogo, etc.



## D. MARIA II

Quatro dias antes da morte de D. Pedro, que se deu a 2 de Setembro de 1834, D. Maria II, tendo atingido a maioridade, fez juramento em reunião de Cortes e começou a governar de acordo com o regimento constitucional.



Durante o seu reinado, as facções políticas não se entendiam quanto às orientações da governação liberal, disputavam-se com animosidade, dando origem a muitas lutas civis.

Em 1836, revoltou-se a Guarda Nacional e proclamou a Constituição de 1822. Tendo sido deitado abaixo o Ministério, foi constituído outro em 1836, em que tomaram parte Manuel da Silva Passos ou Passos Manuel e o Visconde Sá da Bandeira.

Outros movimentos se seguiram mas o Duque da Terceira e o Marechal Saldanha procuraram restaurar a Carta Constitucional de 1837, o que não conseguiram. Só em 1842, uma nova revolução restaurou a Carta. Esta sublevação a favor da Carta Constitucional foi promovida por Costa Cabral que manteve um governo repressivo.

Estando o povo descontente com o agravamento tributário e com as disposições do decreto de Costa Cabral sobre a lei de sanidade que proibia o enterramento dentro das igrejas, surgiu uma revolta popular na freguesia de Fonte Arcada, no Concelho da Póvoa de Lanhoso. Chamou-se revolução da Patuleia ou da Maria da Fonte: Patuleia, por assim ser designado o partido setembrista; de Maria da Fonte, por ter sido uma mulher, assim conhecida de nome, que lançou o brado da insurreição. Este movimento popular de recusa à disposição sobre o enterramento nas igrejas, chefiado por Maria da Fonte, arrastou após si muitas mulheres e alastrou-se a todo o país.

A Rainha, amedrontada com o que se estava a passar, demitiu Costa Cabral e encarregou o Duque de Palmela de formar governo, mas, pouco tempo depois, formou novo governo presidido pelo Duque de Saldanha.

O movimento revoltoso viria a acabar com a ajuda pedida pela Rainha à Espanha, à França e à Inglaterra; dominados os revoltosos, a Revolução da Maria da Fonte ou Patuleia findaria pela Convenção de Gramido, cujos intervenientes foram obrigados a assiná-la, em 1847.

Efectivamente, com a revolta promovida por



Saldanha, foi demitido o ministério em 1851, sendo Saldanha convidado pela Rainha a formar novo governo. Depois, as Cortes foram convocadas e alteraram a Carta Constitucional com um Acto Adicional que abolia a pena de morte para os crimes políticos. Deste modo, terminou o conjunto de agitações políticas neste reinado.

A instrução pública mereceu, da parte da rainha D. Maria II, um conjunto de grandes melhoramentos com a criação de várias instituições com futuro prometedo. De facto, foram criados Liceus, Escolas Primárias, a Escola Médica de Lisboa e do Porto, a Escola Politécnica do Porto, o Instituto Agrícola, o Conservatório de Música, etc.

Como mulher de grandes virtudes, como esposa e como mãe, qualidades que se tornaram evidentes na educação dos filhos, mereceu o título de Boa Mãe; acrescentando a essas actividades específicas a criação de várias instituições públicas de educação, também veio a ser conhecida por a Educadora.

Data do seu reinado a introdução do selo postal em Portugal, o qual apareceu em 1 de Julho de 1853.

D. Maria II foi casada com D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gota do qual teve vários filhos, a quem soube dar uma educação esmerada juntamente com seu marido: D. Pedro, D. Luís e outros.

D. Fernando foi o segundo marido de D. Maria II, com quem casou em 1836. Em Novembro de 1837, assumiu o título de rei, D. Fernando II. De actividade política comedida, conselheiro da esposa e dos filhos, foi essencialmente um homem dedicado à cultura.

Foi protector do património artístico e cultural português e a ele ficaram ligados vários palácios e o seu riquíssimo espólio: Museu Nacional de Arte Antiga, Palácio da Pena em Sintra, Palácio da Ajuda, Mafra, etc. Além disso, foi um verdadeiro artista, cujas diferentes actividades ele expressou a variados níveis.



## D. PEDRO V



Foi cognominado o Muito Amado por ser muito estimado e amado pelo povo; mas, porque dele se esperava um futuro muito promissor, também foi conhecido por o Esperançoso.

Era ainda muito jovem, D. Pedro tinha apenas quinze anos de idade, quando morreu sua mãe, D. Maria II, também muito nova, com trinta e três anos. Entretanto, até atingir a idade de dezoito anos, em 1855, foi seu pai D. Fernando, que governou Portugal como regente.

Ao suceder no trono, D. Pedro V mostrou-se um homem e um rei dotado de grande educação e de raras qualidades humanas; procurou servir o País e o seu povo com muito zelo e interesse, tornando-se muito querido e muito respeitado pelos portugueses.

Logo no início do seu reinado, alastraram em Lisboa duas gravíssimas epidemias que levaram à morte muitíssimas pessoas: o *cólera-morbus*, em 1856, e a *febre amarela*, em 1857.

D. Pedro, sem medo de ser contagiado, em atitude caridosa e abnegada, passou a visitar os doentes nos hospitais, ajudando ele próprio a dar-lhes os remédios e confortando-os na sua desolação. Isso o faz considerar um grande filantropo.

No seu reinado, Portugal não pôde escapar ao aparecimento de um conflito diplomático. Com efeito, o navio francês *Charles et George* praticava, nas costas de Moçambique, o tráfico da escravatura. O navio foi apesado pelas autoridades portuguesas, sendo detido o seu comandante. A França exigiu a libertação do barco, do respectivo comandante e também o pagamento de uma indemnização. Perante a ameaça armada pela França, Portugal procurou evitar o conflito, cedendo às exigências que, apesar de tudo, foram consideradas politicamente ilegais.

D. Pedro V continuou a dar protecção à instrução e à educação públicas, na sequência de sua mãe, fundando muitas escolas do ensino primário, mantendo algumas à sua própria custa.

Além disso, criou o Curso Superior de Letras e o Observatório Astronómico da Ajuda.

Foi ainda no seu tempo que foram inaugurados alguns meios de comunicação de muita importância futura, como a primeira ligação férrea de Lisboa ao Carregado e também o Telégrafo Eléctrico para comunicação com

as outras nações, em 1856.

D. Pedro V, que já era viúvo da rainha D. Estefânia de Hohenzollern-Sigmaringen, morreu com 24 anos, tendo governado somente durante seis.

Como não deixou descendência, sucedeu-lhe seu irmão D. Luís.

Viveram, na sua época, alguns varões que se tornaram insignes na cultura portuguesa: Manuel Maria Barbosa du Bocage, grande poeta e improvisador satírico; João Baptista Leitão de Almeida Garrett, grande poeta, prosador e dramaturgo; António Feliciano de Castilho, estimado poeta, prosador, tradutor e pedagogo; Alexandre Herculano, grande historiador, romancista e poeta; Luís Augusto Rebelo da Silva, grande historiador e romancista.



# bibRIA

## D. LUÍS I



Portugal gozava de uma paz mais ou menos duradoira e pode dizer-se que encontrara, felizmente, um certo caminho de progresso nacional.

Neste reinado, foram rasgadas novas estradas, alargaram-se as vias do caminho de ferro, desenvolveu-se a telegrafia eléctrica.

Foram construídas as duas pontes de ferro sobre o rio Douro, a ponte de D. Luís e a de D. Maria Pia. Foi construído, no Porto, o Palácio de Cristal, que foi inaugurado com uma exposição internacional em 1865; foram criadas escolas primárias, industriais e agrícolas, bem como bancos de crédito; foi aumentada a marinha de guerra; foi abolida a pena de morte para crimes civis, a de trabalhos públicos em Portugal e a de escravidão em todas as partes do Reino; foi também elaborado e publicado o Código Civil.

Apesar de tudo isso e da grande popularidade do rei, o seu reinado não pôde fugir a algumas perturbações políticas e sociais, como os desmandos do Natal, em 1861; os tumultos do Minho e a sublevação militar de Braga, em 1862; a agitação de Janeiro de 1868, pela publicação do regulamento da lei do imposto de consumo, que foi chamada a Janeirinha; o levantamento de 1870, pelo Marechal Saldanha, que impôs a demissão do ministério do Duque de Loulé.

Para além de tudo isso, D. Luís I foi um protector atento das ciências, das artes e das letras, vindo a instituir a Ordem de Mérito Científico, Literário e Artístico.

Enquanto em Portugal continental surgiam rixas e escaramuças de carácter político e social quase sem sentido, em África realizavam-se as grandes explorações de tipo científico que causaram estupefacção na Europa.

De facto, em 1879, Serpa Pinto empreendeu a viagem de Luanda ao Natal; Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, em 1885, fizeram a travessia de Angola à Contra-Costa, explorando o sertão africano de Mossâmedes a Quelimane.

Em 1886, Portugal assinou um tratado com a França, ficando reconhecida a soberania portuguesa sobre os territórios explorados por Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens. Como esses territórios, que ficaram na carta anexa ao tratado, assinalados pela cor de rosa, esse mapa passou a ser designado por *mapa cor de rosa*.

Foi também no reinado de D. Luís I, em 1880, que foi celebrado, com grande brilhantismo, o 3º centenário da morte de Luís Vaz de Camões, projecto

que partiu da Sociedade de Geografia e recebeu a confirmação da Imprensa e a coadjuvação da Academia Real das Ciências. A bela estátua do nosso grande Poeta já tinha sido inaugurada em 1867.

Foi ainda na época de D. Luís I, em 1865, que estalou a célebre polémica literária e política, chamada a Questão Coimbrã ou do Bom Senso e Bom Gosto que, juntamente com outro facto histórico-literário posterior, as conhecidas Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, em 1871, deram origem à introdução da escola realista em Portugal.

D. Luís reflectiu a primorosa educação da mãe; de índole bondosa e tolerante, dedicado conhecedor das actividades da marinha, com grande conhecimento da língua inglesa, literato erudito e cultor artístico, foi talentoso tocador de violoncelo e primoroso tradutor de muitas obras de Shakespeare.

Teve o cognome de o Popular e foi casado com D. Maria Pia de Sabóia, filha do rei de Itália, Victor Manuel, a qual era considerada, pelo povo, como O Anjo da Caridade.



bibRIA

## D. CARLOS I

O seu cognome deve-se ao grande escritor português Ramalho Ortigão, pela interpretação que ele fez do modo covarde e traiçoeiro como foi assassinado – O Martirizado.



De certo modo, herdeiro da bonomia e da educação de seu pai, o príncipe D. Carlos, herdeiro do trono, era muito culto e ilustrado.

No seu tempo, empenhava-se o governo português em ocupar efectivamente a região africana designada por *mapa cor de rosa*, quando a prepotente Inglaterra, sem motivo, em 1890, enviou um ultimato a Portugal, reclamando para si a posse dessa região.

Portugal lavrou um veemente protesto e, para evitar uma guerra que se antevia desastrosa, cedeu às exigências.

Todo o povo português e os seus intelectuais reagiram energicamente à prepotência da Inglaterra e ao seu ultimato não justificado. O partido republicano, aproveitando esta propícia ocasião, passou a atacar a monarquia e o seu regime, considerando-os como principais causadores desse desastre político, aproveitaram a oportunidade para tentar implantar a república, pelo que fizeram eclodir no Porto, em 31 de Janeiro de 1891, uma sublevação que foi dominada prontamente.

Aconteceu também que, em Moçambique, um grupo de régulos se revoltaram com o aumento do imposto de palhota e levaram a sua ousadia até ao ponto de atacarem alguns postos de defesa da cidade de Lourenço Marques. Tratava-se dos régulos Mahazuli da Magaia, Mamatibejane do Zixaxa e Mauday da Moamba, que, com as respectivas tribos, eram instigados pelo mais poderoso de todos, o chefe dos vátuas, Gungunhana, e desafiavam a soberania portuguesa.

O governo português propôs-se dominar, com severidade, essas rebeliões, enviando expedições militares, em 1894, para abaterem o poderio dos africanos revoltosos. Em Fevereiro de 1895, travou-se o combate de Marracuene, donde o Major José Ribeiro saiu vitorioso; em Setembro, Freire de Andrade e Paiva Couceiro venceram no combate de Magul; o Coronel Rodrigues Galhardo com o Major Sousa Machado e o Capitão Mousinho de Albuquerque, em Novembro,



derrotaram os vátuas em Coolela; as mesmas forças militares dirigiram-se para o Kraal do Gungunhana mas, como este se tinha retirado, foram atacar a povoação de Manjacase. Por fim, em Dezembro de 1895, Mousinho de Albuquerque, os tenentes Miranda e Couto, o médico Amaral e um número reduzido de bons soldados, entraram quase subrepticiamente em Chaimite, prenderam o régulo Gungunhana, o seu filho Godide e outros, quando estavam defendidos por alguns milhares de pretos. A partir de então, a paz e a tranquilidade regressaram àquela colónia da África oriental.

Mas, se isto acontecia em Moçambique, também em Angola houve etnias que se opuseram, com resistência, ao domínio português. A fim de submeter os Cuamatas, foi organizada uma expedição sob o comando do Capitão José Augusto Alves Roçadas que, juntamente com o tenente Martins de Lima, os derrotou em Agosto de 1896, vindo a construir alguns postos fortificados.

Também a região dos Dembos se revoltara contra a nossa soberania desde 1872. As nossas tropas comandadas pelo Capitão João de Almeida, mostrando grande valentia, conseguiram apaziguar a região, levando de vencida os inimigos.

Em 1894, quando os navios portugueses Mindelo e Afonso de Albuquerque receberam, como exilados, o Almirante Saldanha da Gama e as suas forças, que se tinham revoltado contra o governo do Presidente da República do Brasil, Floriano Peixoto, estes acontecimentos deram origem a um conflito diplomático entre Portugal e o Brasil, o qual só veio a terminar com a intervenção do governo inglês. O comandante Augusto de Castilho e o tenente Oliver foram julgados em Conselho de Guerra, em Janeiro de 1895, mas saíram absolvidos.

D. Carlos foi um rei bastante culto, falava várias línguas e estabeleceu relações muito amistosas com os grandes países europeus; como grande diplomata que era, recebeu provas de consideração e de prestígio quando visitou diversas nações.

Por isso mesmo, Portugal foi visitado pelo rei da Inglaterra, pelo rei de Espanha, pelo Imperador da Alemanha e pelo Presidente da República de França.



D. Carlos I de Portugal foi considerado um dos reis mais ilustrados da sua época. Durante o seu reinado, fizeram-se grandes comemorações nacionais:

Em 1894, foi celebrado o quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique, o grande impulsionador das descobertas marítimas portuguesas.

Em 1895, comemorou-se o sétimo centenário da

morte do grande santo e taumaturgo português, Santo António de Lisboa.

Em 1897, celebrou-se o segundo centenário da morte do maior orador sacro português e grande estilista da nossa língua, Padre António Vieira.

Em 1897-1899, com grande pompa e circunstância, Portugal celebrou um dos maiores feitos da humanidade, realizado pelo grande navegador português Vasco da Gama – o quarto centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia. A lembrar o acontecimento, foram cunhadas três bellissimas moedas de prata com o perfil das imagens do rei D. Carlos e da rainha D. Amélia. Foram também cunhadas medalhas alusivas ao acto, com as mesmas imagens.

Com intenção de premiar os grandes serviços prestados à agricultura e à nossa indústria, foi instituída a Ordem de Mérito Agrícola e Industrial, em 4 de Junho de 1893.

No seu reinado, os vários governos dedicaram-se ao desenvolvimento da viação, alargando consideravelmente a rede ferroviária do nosso país. De facto, foram construídos e inaugurados vários troços do caminho de ferro, entre outros: de Santa Combadão a Viseu; de Coimbra à Lousã; de Mirandela a Bragança; da Régua às Pedras Salgadas.

Os ideais republicanos continuavam a alastrar, apesar de tudo. Os partidos políticos não se entendiam; os governos não eram estáveis nem eficazes na manutenção da ordem.

O rei, procurando evitar maiores conflitos internos e moderar a confusão político-social, entregou o poder ao conselheiro João Franco, que dissolveu o Parlamento, começando a governar em ditadura. Discordando da nova orientação governamental, os inimigos do regime fizeram aumentar os ódios e as intrigas que levaram a um crime pavoroso: o rei D. Carlos I e D. Luís Filipe, príncipe herdeiro, foram assassinados a tiro, em 1 de Fevereiro de 1908, no Terreiro do Paço, quando regressavam, com a família real, de Vila Viçosa.

## **D. MANUEL II**

Tendo sido assassinado, juntamente com o pai, o príncipe herdeiro D. Luís Filipe, em 1908, subiu ao trono o filho segundo de D. Carlos I e de D. Amélia de Orléans, o infante D. Manuel, com o nome de D. Manuel II. Foi aclamado rei em Maio de 1908.



Como os partidos políticos continuassem a guerrear-se e a propaganda republicana contra a monarquia alastrasse cada vez mais, o reinado de D. Manuel II foi curto, durou pouco mais de dois anos.

Os grupos políticos que ocupavam o governo revelaram-se incapazes de administrar o país; então, parte da guarnição de Lisboa e das tripulações dos navios que se encontravam no Tejo organizaram-se para derrubar o regime monárquico. As forças revolucionárias venceram a partida e, no dia 5 de Outubro de 1910, foi proclamada a República, sendo D. Manuel e a família real obrigados a partir para o exílio. Por este facto, muitos portugueses fiéis à monarquia deram-lhe o cognome de Exilado.

Vivendo fora do seu País, D. Manuel sempre deu provas de muita afeição e de muito amor à sua Pátria. Serviu na Primeira Grande Guerra como oficial da Cruz Vermelha Inglesa, tendo sido muito afeiçoado aos soldados portugueses.

Após a sua morte, em 1932, legou a Portugal, em testamento, a maior parte do seu património: bens imóveis, jóias, livros, etc, pelo que o governo do Estado Novo, homenageando-o, promoveu a trasladação dos seus restos mortais para Portugal, ficando no panteão da igreja de São Vicente de Fora.

**QUADRO CRONOLÓGICO DOS REIS DA 4ª DINASTIA,  
CHAMADA DE BRAGANÇA**

<b>Nomes</b>	<b>Cognome</b>	<b>Datas</b>
D. João IV	O Restaurador	Viveu de 1604 a 1656; Reinou de 1640 a 1656.
D. Afonso VI	O Vitorioso	Viveu de 1643 a 1683; Reinou de 1656 a 1683.
D. Pedro II	O Pacífico	Viveu de 1648 a 1706; Reinou de 1683 a 1706.
D. João V	O Magnânimo	Viveu de 1689 a 1750; Reinou de 1706 a 1750.
D. José I	O Reformador	Viveu de 1714 a 1777; Reinou de 1750 a 1777.
D. Maria I	A Piedosa	Viveu de 1734 a 1816; Reinou de 1777 a 1816.
D. João VI	O Clemente	Viveu de 1767 a 1826; Reinou de 1816 a 1826.
D. Pedro IV	O Libertador ou o Rei- Soldado	Viveu de 1798 a 1834; Reinou de 1826 a 1828.
D. Miguel I	O Absolutista	Viveu de 1802 a 1866; Reinou de 1828 a 1834.
D. Maria II	A Educadora ou Boa Mãe	Viveu de 1819 a 1853; Reinou de 1834 a 1853.
D. Pedro V	O Esperançoso	Viveu de 1837 a 1861; Reinou de 1853 a 1861.
D. Luís I	O Popular	Viveu de 1838 a 1889; Reinou de 1861 a 1889.
D. Carlos I	O Martirizado	Viveu de 1863 a 1908; Reinou de 1889 a 1908.
D. Manuel II	O Exilado	Viveu de 1889 a 1932; Reinou de 1908 a 1910.

## A REPÚBLICA

Com o exílio do rei D. Manuel II, foi abolido o regime monárquico e, em 5 de Outubro de 1910, foi proclamado o regime republicano, com a organização de um governo provisório presidido pelo Dr. Teófilo Braga com funções de chefe de Estado e do qual faziam parte alguns outros republicanos considerados importantes para o cargo.

De acordo com o novo ideário, foram promulgadas algumas leis, como a separação da Igreja do Estado, a do estabelecimento do divórcio, a da abolição dos títulos nobiliárquicos, a da reforma do ensino, a da instituição do registo civil obrigatório e outras.

O mesmo governo preparou a eleição da Assembleia Nacional Constituinte que, tendo reunido em Junho de 1911, veio a aprovar, em Agosto, a Constituição Política da República.

Foi eleito, como primeiro Presidente, o Dr. Manuel de Arriaga que, não se entendendo com os partidos, sempre activos em lutas políticas, ideológicas e sociais, veio a renunciar ao cargo em Maio de 1915, não chegando ao fim do mandato para que fora escolhido. Foi, então, nomeado de novo, provisoriamente, o Dr. Teófilo Braga.



Com o advento da República, foi adoptada, como novo símbolo de Portugal, uma nova bandeira, com as cores verde e vermelho, a esfera armilar e o escudo ao centro. A completar a simbologia da Pátria, foi composto um novo Hino Nacional, com letra de Henrique Lopes Mendonça e música de Alfredo Keil.

Tendo eclodido na Europa, em 1914, um grande conflito armado que se designou por Grande Guerra, o qual envolveu quase todas as nações europeias, Portugal manteve-se neutro no início mas, em 1916, como velho aliado da Inglaterra, viu-se na obrigação de tomar parte também. As tropas portuguesas mostraram o seu valor como aconteceu na batalha de La Liz, em França, a 9 de Abril de 1918, bem como nos territórios portugueses de África. A Alemanha ficou derrotada e a paz foi assinada no Tratado de Versalhes, em 1919. A Primeira Grande Guerra durou de 1914 a 1918.

O Dr. Bernardino Machado ocupara a presidência da República após o segundo mandato provisório do Dr. Teófilo Braga. As lutas partidárias, todavia, tornavam-se cada vez mais acesas, arrastando consigo o descrédito da Assembleia Parlamentar.

Na sequência disso, em 1917, estalou em Lisboa uma nova revolução, sob a chefia do Dr. Sidónio Pais que, triunfando, procurava acalmar as constantes agitações político-partidárias.

Deposto o Presidente da República, Dr. Bernardino Machado, o Dr. Sidónio Pais fez dissolver o Parlamento, reformulou a Constituição, aproveitou algumas leis antigas que tinham sido postas de parte e, em Maio de 1918, o povo português elegeu-o directamente Presidente da República.

Estavam dados os sinais de um governo que poderia actuar com certa força; mas, continuando as desinteligências entre os vários partidos que se digladiavam com certa violência, o Dr. Sidónio Pais sucumbiu no meio de tanta confusão, sendo abatido a tiro, na estação do Rocio, em 14 de Dezembro de 1918.

Depois deste condenável acontecimento, foi indicado para Chefe de Estado substituto, o oficial da marinha, contra-almirante Canto e Castro, mas a grande agitação entre os partidos portugueses continuou, vindo a rebentar, no Porto, uma contra-revolução que proclamou a monarquia, mas que veio a ser dominada no mesmo ano, em Fevereiro, sendo restaurada a Constituição de 1911.

Ao almirante Canto e Castro vieram a suceder, na Presidência da República: Dr. António José de Almeida, eleito em Agosto de 1919, terminando o seu mandato em 5 de Outubro de 1923; Manuel Teixeira Gomes, de 6 de Agosto de 1923 a 11 de Dezembro de 1925, tendo renunciado ao cargo; novamente eleito o Dr. Bernardino Machado, substituindo o presidente anterior, mas que a Revolução de 28 de Maio de 1926 veio a demitir.

Portugal continuava a defrontar-se com situações deploráveis, para as quais não se encontrava solução, porque os políticos ou buscavam interesses pessoais ou partidários. Os governos não podendo impor a autoridade, não se mantinham estáveis e não podiam exigir a ordem necessária. Os elementos parlamentares discutiam assuntos mesquinhos e o Parlamento mostrava-se inútil à Nação porque nada fazia surgir de concreto que satisfizesse a população. A nossa moeda desvalorizava-se cada vez mais e a nossa dívida tornava-se cada vez maior.

Foi um momento oportuno para o exército se revoltar. De facto, em 28 de Maio de 1926, o regimento de Braga, sob a chefia do General Gomes da Costa, fazendo aderir a si todos os regimentos de Portugal, tornou o movimento triunfante.

O Comandante Mendes Cabeçadas, incumbido de formar um novo ministério, assumiu o poder com plenas funções executivas; mas, pouco tempo depois, o General Gomes da Costa, que era ministro da guerra, demitiu

o Presidente, formou um governo militar sob a sua orientação, com as funções de Chefe de Estado.

Portugal, que durante tanto tempo não encontrou caminhos certos rumo ao futuro, com tantas desordens, revoltas, arruaças, etc. descobriu que, só pela força seria possível progredir. Estava aberta a senda que havia de conduzir ao que veio a chamar-se o Estado Novo.

Tornou-se ilustre o Comandante Carvalho Araújo, durante a Grande Guerra, que morreu a bordo do cruzador português Augusto de Castilho, lutando com todas as suas forças e com valentia contra um submarino alemão.

Como símbolo da intervenção do exército português na Primeira Grande Guerra, ficou depositado, na Casa do Capitulo do Mosteiro da Batalha, o Túmulo ao Soldado Desconhecido.

Em 1922, foi realizada a primeira travessia aérea do Atlântico sul por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, de Lisboa ao Rio de Janeiro.

Nesta extraordinária viagem, por tudo o que nela houve de inédito, foi também utilizado o sextante da autoria de Gago Coutinho.



# bibRIA

... e a situação da República Portuguesa, em 1925, tendo renunciado ao cargo de presidente da República o Dr. Bernardino Machado, substituindo-o presidente interino, mas que a Revolução de 26 de Maio de 1926 veio a derribar.

Portugal encontrava-se de frente-se com situações diplomáticas, para as quais não se encontrava solução, porque as condições de liberdade interna e externa não lhe permitiam. O governo não podia levar a realidade, não se mantinha estivo e não produzia efeito a ordem necessária. Os elementos parlamentares decidiram segundo mesquinhas a o Parlamento existente, se não a situação porque esta não podia ser resolvida com facilidade e rapidez, e a nossa situação desvalorizava-se cada vez mais e a ordem devia tomar-se cada vez maior.

Foi um momento oportuno para a situação se resolver. De facto, em 26 de Maio de 1926, o governo de facto, sob o patrocínio do General Gomes de Faro, tomou posse e a si todos os assuntos de Portugal, dando o movimento humano.

O Comendante António de Oliveira, secretário de Estado do novo ministério, assumiu o poder com plenas funções executivas. No mesmo tempo depôs o General Gomes de Faro, que era chefe da antiga guarda

## O ESTADO NOVO

Com o movimento militar do 28 de Maio, o País passou a estar subordinado a uma certa ordem entre os partidos e o povo começou a ter confiança e alguma esperança no futuro. Mas era necessário alcançar o equilíbrio do orçamento do Estado, cuja falta era doença política crónica que se estabelecera entre nós, havia já muito tempo.

O General António Óscar Fragoso Carmona foi eleito Presidente da República, em Março de 1928. Carmona chamou para colaborar consigo o professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Dr. António de Oliveira Salazar, que tomou conta da pasta das Finanças, em Abril do mesmo ano.

Salazar procurou a restauração das Finanças, valorizando a moeda portuguesa. Tendo atingido o equilíbrio orçamental, o governo lançou-se no desenvolvimento do País aos mais variados níveis.

Resolvidos os problemas mais prementes e prioritários, foi aprovada, em plebiscito nacional, a Constituição Política de 1933, na qual assentou toda a nova política do Estado Novo, como República Unitária e Corporativa, em que se salientavam três vectores fundamentais, de acordo com os princípios tradicionalistas: Deus, Pátria e Família.

O Dr. Oliveira Salazar tomou as funções de Presidente do Conselho de Ministros em 5 de Julho de 1932. Com a sua chegada ao governo e, dentro de critérios muito próprios, a administração pública tomou novos voos e desenvolvimento adequado. Foram construídas novas estradas, pontes, aquedutos, barragens, redes telefónicas e telegráficas, construíram-se bairros económicos, casas do povo, melhoraram-se os portos marítimos. O exército, a marinha e a aviação foram reorganizados e aumentados, foi reformado o ensino de acordo com os princípios da doutrina e da moral cristãs, segundo as directrizes tradicionais do nosso País. O Ministério da Instrução Pública foi substituído pelo Ministério da Educação Nacional, sendo criadas novas escolas do ensino primário e secundário. Foi fundada a Obra das Mães pela Educação Nacional, que tinha por fim preparar as mães portuguesas para a nobre missão

dentro da Família.

Foi criada a União Nacional, que foi considerada partido único, a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa, com intenção de desenvolver o amor à Pátria, através de orientações pré-militares e foi instituída a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho – tudo dentro do tema que veio a considerar-se como a Lição de Salazar, propagandeada por meio de cartazes ilustrados que foram enviados, para afixar, a todas as escolas do ensino primário.

Inserto na directriz da publicação do Acto Colonial, que procurava unir e defender as parcelas do Império Colonial Português, o General Carmona, Presidente da República, empreendeu, em 1938 e 1939, algumas viagens de visita às colónias portuguesas e à África do Sul, onde viviam muitos portugueses. Com essas visitas, o governo mostrava e fazia revelar grande interesse pelo nosso património ultramarino, como herança gloriosa do nosso passado histórico.

Dentro dos mesmos princípios, em 1940, houve grandes comemorações nacionais, quer celebrando o oitavo centenário da fundação da Nacionalidade, quer o terceiro centenário da Restauração da Independência Nacional. Muitas embaixadas das várias nações da Europa e não só visitaram Portugal e a célebre Exposição do Mundo Português.

O governo continuava a administrar o País e o seu povo com mão enérgica e pesada; abolindo o direito à greve e criando critérios seus para subordinar as associações, sujeitando as actividades de tipo social somente aos interesses do Estado, apresentava-se anti-socialista e anti-liberal, totalitário e corporativo. Procurava alimentar as ideias tradicionalistas e erradicar o ideário comunista, com activo repúdio de todas as ideias subversivas.

Com a estruturação da forte Polícia de Vigilância e Defesa do Estado em 1945, modificada em Polícia Internacional de Defesa do Estado, que não prestava contas senão ao Presidente do Conselho, o Governo dominava qualquer tipo de sublevação, viesse ela de que domínio político viesse, fosse anarquista ou comunista. E muitos dos seus líderes ou fugiam do país ou eram presos, julgados e deportados, quando não acontecia pior.

O governo português jogou com a Guerra Civil Espanhola, apoiando o franquismo contra os republicanos, como tampão às infiltrações comunistas na Espanha e em Portugal, assinando com o país vizinho, após a vitória de Franco, um tratado de não-agressão.

Quando começou a Segunda Grande Guerra e a Inglaterra declarou guerra à Alemanha, o governo português procurou manter o País neutro perante o

conflito, mas começou a preocupar-se com o futuro dos territórios coloniais, mormente os da parte oriental, já que o Japão veio mesmo a ocupar Timor, em 1942.

Com os exércitos alemães em declínio e com a perspectiva da Alemanha perder a guerra, aumentaram consideravelmente as críticas ao governo, tornando-se a oposição muito mais activa. Decorreram greves, agitações políticas e estudantis, houve julgamentos, condenações, deportações.

Norton de Matos, em 1949, apresentou-se como candidato às eleições presidenciais, pelo MUD, contra o General Carmona, mas retirou a sua candidatura pouco antes do acto eleitoral.

Em Abril de 1951, morreu Carmona, Presidente da República. Novas eleições presidenciais a que Rui Luís Gomes se apresentou como candidato do MND, mas que não foi aceite. Propôs-se então Quintão Meireles, candidato dos republicanos, mas também retirou a sua candidatura. Foi então que ocupou as funções de Presidente da República o General Craveiro Lopes, pela União Nacional.

Em 1958, novas eleições presidenciais em que Arlindo Vicente desistiu a favor de Humberto Delgado que se opôs à eleição do candidato do governo, Almirante Américo Tomás.

Continuaram as greves, sucederam-se as manifestações hostis ao Governo, houve fugas de presos políticos, como a de Henrique Galvão do hospital, a de Álvaro Cunhal do Forte de Peniche e o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, escreveu a célebre carta ao Presidente Salazar, pelo que foi obrigado a partir para o exílio.

Em 1961, o capitão Henrique Galvão realizou o assalto ao paquete Santa Maria, nos mares da Venezuela. No mesmo ano, Botelho Moniz, ministro da defesa, promoveu um golpe de Estado contra Salazar, mas que resultou em fracasso.

Ainda, em Dezembro deste ano, as tropas da União Indiana ocuparam Goa, Damão e Diu.

Entretanto, Oliveira Salazar, cada vez mais velho e mais obstinado, continuava a não permitir grandes mudanças sob o ponto de vista político, económico e social. A oposição continuava a movimentar-se, alargava as frentes de luta e a polícia política sentia cada vez mais dificuldades em deter todas essas movimentações.

O Dr. Salazar, em 1968, sofreu um acidente, caindo de uma cadeira, vindo a morrer dois anos depois. Américo Tomás, então Presidente da República, chamou à Presidência do Conselho o Dr. Marcelo Caetano que, propondo uma

certa abertura à política e à administração portuguesas mas, sentindo-se hesitante, acabou por manter os velhos processos de governação.

Após a Segunda Grande Guerra, a situação das nossas colónias no ultramar alterou-se consideravelmente e surgiu um certo desenvolvimento, com o aproveitamento mais compensador dos produtos naturais.

As tendências nacionalistas vieram amadurecendo, veiculadas por um conjunto de líderes que estudavam não só em Portugal como em vários países da Europa, incluindo nações do Leste.

Em 1961, a União Indiana ocupou Goa, Damão e Diu, com pouca disponibilidade de resistência das guarnições portuguesas.

Nesse mesmo ano, começou, em Angola, a guerra da libertação.

Em 1963, deu-se o início à guerra da libertação da Guiné.

No ano de 1964, começou também, em Moçambique, a guerra da libertação.

Portugal viu-se em apuros para suportar uma luta desgastante de guerrilhas em várias frentes, quer pelo envio de homens suficientes para a defesa, quer pelas disponibilidades económicas necessárias para sustentar um autêntico sorvedouro do erário público.

Muitos dos nossos homens, para escaparem às guerras traiçoeiras do ultramar, ou emigravam, fugindo para outros países, ou desertavam das fileiras do nosso exército.

## A SEGUNDA REPÚBLICA

A ruptura do governo do Estado Novo era evidente e antevia-se a chegada de uma nova República – a Segunda República.

Em 1973, formou-se e organizou-se o chamado Movimento dos Capitães que havia de levar por diante a Revolução do 25 de Abril de 1974, com o papel preponderante das Forças Armadas. Américo Tomás e Marcelo Caetano foram obrigados a exilar-se no Brasil.

Com esta Revolução triunfante, deu-se por finda a chamada Primeira República Portuguesa.

A partir de então até ao momento actual, instalou-se um novo regime com um ideário de abertura democrática, aceitando a organização dos vários partidos e promovendo o grande movimento da descolonização dos territórios ultramarinos, não tão exemplarmente como se queria, mas arrastando algumas consequências nefastas para os povos libertados.

Portugal admitia o desmoronamento do velho Império Português e teve que regressar à estreiteza dos seus limites europeus, acabando por enquadrar-se no conjunto dos países da Europa, com a abertura das suas fronteiras e com a adesão à moeda única.

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974 e dentro do projecto político e social elaborado pelas Forças Armadas, foi constituída a Junta de Salvação Nacional, presidida pelo General António de Spínola que, em Maio de 1974, ainda que por pouco tempo, ocupou o cargo de Presidente da República, demitindo-se a 30 de Setembro, depois do golpe falhado de 28, que pretendia dar voz à maioria silenciosa.

A seguir, foram eleitos Presidentes, cada um a seu tempo, o General Costa Gomes, depois de António de Spínola ter renunciado ao cargo, de Setembro de 1974 a Julho de 1976.

Ramalho Eanes foi eleito, por sufrágio directo, Presidente da República, em Junho de 1976, tendo sido reeleito em Dezembro de 1980 até 1986.

O Dr. Mário Soares, em Fevereiro de 1986, também foi eleito

democraticamente Presidente da República e reeleito em Janeiro de 1991 para o mesmo cargo.

Ao Dr. Mário Soares sucedeu o Dr. Jorge Sampaio, eleito Presidente da República, em 1996.

Quanto à sucessão dos governos durante todo este tempo, pelos quais passaram nomes sonantes de Primeiros Ministros, como Mário Soares, Mota Pinto, Francisco Sá Carneiro, António Guterres, etc, já vamos na eleição do décimo quinto governo democrático, presidido pelo Dr. Durão Barroso do partido PSD em coligação com o CDS-PP.

Cabe também na nossa breve história e de acordo com os nossos critérios, fazer algumas considerações de carácter cultural.

Durante um largo período, a censura obstava à divulgação das obras inseridas nos movimentos culturais da Europa e não consentia a nossa própria produção cultural, animada pelos novos ideários.

Se muitas obras de autores estrangeiros tiveram circulação proibida entre nós, também muitos livros dos nossos autores foram impedidos de circular ou sentiram o ferro pesado de uma censura, com a apreensão de obras, a prisão e o julgamento de alguns autores.

Muitos escritores e artistas, sendo-lhes vedada a sua actividade em Portugal, foram muito considerados no estrangeiro: Jaime Cortesão, Jorge de Sena, Rodrigues Lapa, António José Saraiva, Júlio Pomar, Vieira da Silva e muitos outros.

A Aquilino Ribeiro foi levantado um processo judicial pela publicação da obra "Quando os lobos uivam", onde se reconheceram retratadas certas instituições governamentais.

O Professor de Medicina, Dr. Egas Moniz, que, em 1949, recebeu o prémio Nobel, foi afastado da Universidade pelo regime, tendo acontecido o mesmo a muitos outros: Rui Luís Gomes, Lindley Cintra, etc.

Mas, ligados aos problemas de Saúde e da Medicina, outros vultos se tornaram célebres, cada um no âmbito de actividades específicas dentro da Ciência Médica: Dr. Câmara Pestana, ligado ao Instituto Bacteriológico; Dr. Ricardo Jorge, ao Instituto Nacional de Saúde; Dr. Egas Moniz, à Angiografia cerebral; Dr. Francisco Gentil, ao Instituto Português de Oncologia; Dr. Reynaldo dos Santos, à Angiografia dos membros inferiores; Dr. João Cid dos Santos, à Endarterectomia.



O neo-realismo veio a difundir-se, mas assentando num precursor, autodidacta notável, que foi o romancista Ferreira de Castro.



Expande-se uma grande preocupação pelos problemas contemporâneos, quer na poesia quer na prosa, ainda que os seus autores se enquadrem dentro dos princípios estéticos diferentes, quando não divergentes: Soeiro Pereira Gomes, Raul Brandão, António Gedeão, Miguel Torga, Augusto Abelaira, Natália Correia, Sofia de Melo Breyner, Agustina Bessa Luís e tantos outros nomes que ilustram, actualmente, as páginas da Literatura Portuguesa, quer com estudos pormenorizados quer com obras de ficção e poesia.

# bibRIA



bibRIA